



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA



Carolina Rodrigues de Oliveira

**Literatura, Jornalismo e Psicologia Analítica:
imaginação e realidade humana**

UBERLÂNDIA

2021



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA



Carolina Rodrigues de Oliveira

**Literatura, Jornalismo e Psicologia Analítica:
imaginação e realidade humana**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia – Mestrado, do Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para a obtenção do Título de Mestre em Psicologia.

Área de Concentração: Processos Psicossociais em Saúde e Educação.

Orientador: Prof. Dr. Tommy Akira Goto

UBERLÂNDIA

2021

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

O48
2021

Oliveira, Carolina Rodrigues de, 1995-
Literatura, Jornalismo e Psicologia Analítica [recurso
eletrônico] : imaginação e realidade humana / Carolina
Rodrigues de Oliveira. - 2021.

Orientador: Tommy Akira Goto.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de
Uberlândia, Pós-graduação em Psicologia.
Modo de acesso: Internet.
Disponível em: <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2021.475>
Inclui bibliografia.

1. Psicologia. I. Goto, Tommy Akira, 1975-, (Orient.).
II. Universidade Federal de Uberlândia. Pós-graduação em
Psicologia. III. Título.

CDU: 159.9

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2:

Gizele Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
 Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Psicologia
 Av. Pará, 1720, Bloco 2C, Sala 54 - Bairro Umuarama, Uberlândia-MG, CEP 38400-902
 Telefone: +55 (34) 3225 8512 - www.pgpsi.ip.ufu.br - pgpsi@ipsi.ufu.br



ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em:	Psicologia				
Defesa de:	Dissertação de Mestrado Acadêmico/ número 376, PGPSI				
Data:	Vinte e sete de agosto de dois mil e vinte e um	Hora de início:	14:00	Hora de encerramento:	16:00
Matrícula do Discente:	11912PSI004				
Nome do Discente:	Carolina Rodrigues de Oliveira				
Título do Trabalho:	Literatura, Jornalismo e Psicologia Analítica: imaginação e realidade humana				
Área de concentração:	Psicologia				
Linha de pesquisa:	Processos Psicossociais em Saúde e Educação				
Projeto de Pesquisa de vinculação:	Contribuições da Fenomenologia às Ciências Humanas e Psicologia: investigação fenomenológica dos processos psíquicos				

Reuniu-se de forma remota, via web conferência, junto a Universidade Federal de Uberlândia, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Psicologia, assim composta: Professores Doutores: José Jorge de Moraes Zacharias - USP; Ana Cristina Menegotto Spannenberg - FACED/UFU; Tommy Akira Goto, orientador da candidata. Ressalta-se que todos membros da banca participaram por web conferência, sendo que o Prof. Dr. José Jorge de Moraes Zacharias participou da cidade de São Paulo - SP, a Prof.^a Dr.^a Ana Cristina Menegotto Spannenberg, o Prof. Dr. Tommy Akira Goto e a discente Carolina Rodrigues de Oliveira participaram da cidade de Uberlândia - MG, em conformidade com a Portaria nº 36, de 19 de março de 2020.

Iniciando os trabalhos o presidente da mesa, Dr. Tommy Akira Goto apresentou a Comissão Examinadora e a candidata, agradeceu a presença do público, e concedeu à Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação da Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir o senhor(a) presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos(às) examinadores(as), que passaram a arguir o(a) candidato(a). Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando o(a) candidato(a):

[A]provada.

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre.

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Tommy Akira Goto, Presidente**, em 27/08/2021, às 16:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ana Cristina Menegotto Spanenberg, Membro de Comissão**, em 27/08/2021, às 16:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **José Jorge de Morais Zacharias, Usuário Externo**, em 27/08/2021, às 16:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3000708** e o código CRC **EF2283DF**.

AGRADECIMENTOS

Ouvir, contar, ler e escrever histórias sempre me atraíram, desde a infância, e, depois, na juventude, me conduziram, sutilmente, à graduação de Comunicação Social, com habilitação em Jornalismo. Logo nos primeiros meses de faculdade, descobri algo que mudou totalmente a jornalista que eu viria a ser: o romance de não-ficção. O jornalista Gay Talese, com certeza, é uma das figuras que mais me marcou, a começar com o lendário perfil *Frank Sinatra está resfriado*; seguido de Truman Capote, com a surpreendente obra *A sangue frio*; e, não menos importante, a brasileira Eliane Brum, com as reportagens excepcionais de *O olho da rua*. Esses e outros grandes jornalistas literários me inspiram a viver um jornalismo humano, subjetivo, profundo, intrigante e simbólico. A eles agradeço e dedico este trabalho.

A Psicologia Analítica veio bem depois, após um ou dois anos de graduada, com a leitura despreziosa da analista junguiana, e “contadora de histórias” como ela mesma se define, Clarissa Pinkola Estés, na formidável obra psicológica *Mulheres que correm com os lobos*. O que me levou, em seguida, a Carl Gustav Jung, na leitura de *O homem e seus símbolos*. Na cabeça de uma jornalista multipotencial surgiu a grande ideia: “e se eu associar jornalismo literário e Psicologia Analítica?”. O resultado está nas longas próximas páginas. Então, honro e agradeço o pai e a prole da Psicologia Analítica, que me instigam tanto pessoal quanto profissionalmente.

Agradeço a todos que contribuíram, de alguma forma, para a minha formação integral. A começar pela minha base familiar, gratidão especial aos meus pais José Fernando e Isabel Cristina, minha irmã Laura e meus avós Alaor (*in memoriam*) e Terezinha, José e Isabel (*in memoriam*). Em nome de todos os professores que passaram por meu caminho, agradeço ao orientador Tommy Akira Goto por ter aceitado o desafio de instruir esta pesquisa e direcionado os caminhos a serem trilhados. Gratidão a todos os amigos que a vida me presenteou, particularmente à amiga e comadre

que o mestrado me apresentou Marília Zampieri e à afilhada Antonella.

Um agradecimento especial à fundação CAPES, que possibilitou minha plena dedicação ao mestrado; reconheço o compromisso social e espero ter honrado a oportunidade concedida. E também aos membros do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia, que me acolheram e incentivaram na escrita e conclusão da pesquisa.

E, mais importante, gratidão à Divindade Maior que me sustenta, o misterioso Todo, a Fonte de tudo o que é; bem como a todos os seres de Luz que me guiam e ajudaram para que eu chegasse até aqui.

“Para encontrar a Mulher Selvagem, é necessário que as mulheres se voltem para suas vidas instintivas, sua sabedoria mais profunda. [...]. Sem nós, a Mulher Selvagem morre. Sem a Mulher Selvagem, nós morremos. Para a verdadeira vida, ambas têm de existir”.

(Clarissa Pinkola Estés, 1992/2014, p. 36)

RESUMO

A literatura contém vasto material que explica a psique coletiva ancestral e atual. O psiquiatra e psicólogo Carl G. Jung (1922/1991) encontrou nos mitos e contos de fadas imagens evidentes do arranjo psíquico humano, com conteúdos arquetípicos, o que possibilitou a obra de arte literária se tornar objeto de estudo da Psicologia. Na década de 1960, o *new journalism*, movimento jornalístico norte-americano, trouxe uma nova vertente da obra literária, que é o romance de não-ficção ou literatura da vida real. No Brasil, esse tipo de jornalismo ficou conhecido como jornalismo literário. A eclosão da subjetividade e fabulação no texto jornalístico evidenciou seu caráter perene, considerada uma das principais aspirações do jornalista que se atreve a romancear a realidade. Foi a partir do conceito de perenidade no jornalismo literário que surgiu o objetivo central desta dissertação, exposto nas relações entre literatura/psicologia, literatura/jornalismo, jornalismo/psicologia e a possível interação entre os três campos. A pesquisa, estruturada no formato de coletânea de artigos, foi elaborada em dois estudos que, apesar de serem independentes em resolver objetivos específicos, se complementam em torno do objetivo central. Assim, no Estudo I foi feita uma pesquisa teórico-bibliográfica, apresentando o processo criativo da literatura, as histórias arquetípicas na ficção, a interpretação psicológica das obras literárias, o romance de não-ficção e a interdisciplinaridade entre as três grandes áreas, resultando no entendimento de que o jornalismo literário pertence ao domínio da psique humana, o que viabilizaria uma análise psicológica das narrativas, uma vez que, mesmo tratando da realidade humana, apresenta conteúdos simbólicos/arquetípicos. Em sequência, no Estudo II, dando continuidade às considerações obtidas no primeiro estudo, pretendeu-se realizar uma interpretação psicológica da narrativa *A floresta das parteiras*, escrita pela jornalista Eliane Brum, referência nacional e internacional no jornalismo literário. Assim, a partir do método psicológico-hermenêutico de Marie-Louise von Franz (1981), a reportagem apresentou, de maneira mais evidente, oito arquétipos, sendo o materno, a sábia e a mulher selvagem os mais explorados na interpretação, os quais ocasionaram uma articulação com a brasilidade indígena. Por fim, concluiu-se que a narrativa apresenta um destaque para os arquétipos reprimidos da alma feminina e a repercussão negativa sobre a sabedoria ancestral, bem como o regresso do contato aos valores essenciais à alma brasileira.

Palavras-chave: Psicologia Analítica; Jornalismo Literário; Eliane Brum; arquétipos; hermenêutica.

ABSTRACT

Literature contains vast material that explains the ancestral and current collective psyche. The psychiatrist and psychologist Carl G. Jung (1922/1991) found in myths and fairy tales evident images of the human psychic arrangement, with archetypal contents, which enabled the literary work of art to become an object of study for Psychology. In the 1960s, the new journalism, an American journalistic movement, brought a new strand of literary work, which is the non-fiction novel or real-life literature. In Brazil, this type of journalism became known as literary journalism. The emergence of subjectivity and fabrication in the journalistic text evidenced its perennial character, considered one of the main aspirations of the journalist who dares to romance reality. It was from the concept of perenniality in literary journalism that the central objective of this dissertation emerged, exposed in the relations between literature/psychology, literature/journalism, journalism/psychology and the possible interaction between the three fields. The research, structured in the format of a collection of articles, was elaborated in two studies that, despite being independent in solving specific objectives, complement each other around the central objective. Thus, in Study I a theoretical-bibliographical research was carried out, presenting the creative process of literature, archetypal stories in fiction, the psychological interpretation of literary works, the non-fiction novel, and the interdisciplinarity among the three major fields, resulting in the understanding that literary journalism belongs to the domain of the human psyche, which would make a psychological analysis of the narratives feasible, since, even though it deals with human reality, it presents symbolic/archetypal contents. Next, in Study II, giving continuity to the considerations obtained in the first study, we intended to perform a psychological interpretation of the narrative *The forest of midwives*, written by the journalist Eliane Brum, a national and international reference in literary journalism. Thus, based on the psychological-hermeneutic method of Marie-Louise von Franz (1981), the report presented, in a more evident way, eight archetypes, being the maternal, the wise woman and the wild woman the most explored in the interpretation, which caused an articulation with the indigenous Brazilianness. Finally, it was concluded that the narrative presents an emphasis on the repressed archetypes of the feminine soul and the negative repercussion on ancestral wisdom, as well as the return of contact with the essential values of the Brazilian soul.

Keywords: Analytical Psychology; Literary Journalism; Eliane Brum; archetypes; hermeneutics.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
MÉTODO	15
ESTUDO I – LITERATURA, PSICOLOGIA E JORNALISMO: O VÍNCULO IMAGINAÇÃO E REALIDADE	17
Introdução	18
1. Criador e criatura: a centelha criativa psicológica da literatura.....	20
2. A criatura soberana: complexo autônomo e história arquetípica	30
3. Sobre a interpretação psicológica da literatura	33
4. O intruso literário: o romance de não-ficção	39
5. Um diálogo possível: jornalismo literário e inconsciente coletivo	43
6. Imaginação e realidade: algumas considerações gerais	49
ESTUDO II – JORNALISMO LITERÁRIO-PSICOLÓGICO: ANÁLISE ARQUETÍPICA DA NARRATIVA <i>A FLORESTA DAS PARTEIRAS</i> DE ELIANE BRUM	52
Introdução	53
1. A análise psicológico-hermenêutica de Marie-Louise von Franz: dos contos ao jornalismo literário.....	56
2. “O olho da rua”: a narrativa literária de Eliane Brum.....	59
3. As parteiras da mata: arquétipos e simbolismos do inconsciente brasileiro	61
3.1. Sábia e selvagem: os arquétipos reprimidos da alma feminina.....	64
3.2. Mãe e madrinha: o símbolo materno da testemunha do nascimento	71
4. Jornalismo literário-psicológico: considerações gerais.....	75

CONSIDERAÇÕES FINAIS	77
REFERÊNCIAS	80
BIBLIOGRAFIA CONSULTADA.....	84
Anexo 1 – Reportagem <i>A floresta das parteiras</i>	85

INTRODUÇÃO

Quantos fatos, detalhes e enredos ficam cristalizados apenas na memória daqueles que viveram ou acreditam que viveram ou ainda querem viver. A narrativa cotidiana permanece, quase sempre, presa aos recônditos, a não ser quando um “amalucado” resolve soltar as palavras que estavam amarradas em um canto qualquer, de algum cômodo do córtex cerebral. Ou, quando outro, ainda mais “doido”, decide contar aquilo que viu com os próprios olhos “que a terra há de comer”. Lendas, estórias, mitos, contos e histórias formam os arranjos das construções pessoais, sociais e coletivas do ser humano. A arte ancestral de contar histórias atravessa culturas, mares e gerações, passa por metamorfoses estéticas, ganha permanência através da escrita, converte sociedades inteiras e nunca deixará de existir e influenciar o imaginário coletivo.

Os antigos clássicos estampando as vitrines das livrarias não negam: é possível permear o imaginário de milhares de leitores mesmo após a virada dos séculos. O que, outrora, pode ter sido repellido, é aclamado como obra de arte, afinal, numerosas vezes o valor de uma criação artística é enaltecido muito após a morte do artista. Carl G. Jung (1922/1991), médico psiquiatra suíço, diria que a rejeição da obra de arte, em um primeiro momento, reflete a falta de preparo psicológico da sociedade que, na busca perene por sentido, sente confusão e, até mesmo, perturbação frente a uma história que ultrapassa a compreensão do espírito da época. Somente ao longo do tempo, com o desenvolvimento cultural coletivo se torna possível captar e compreender a mensagem escondida na criação artística que, então, fascina e se torna imortalizada pelo espírito renovado da época.

É sobre a obra de arte literária que trata esta pesquisa, não a grande literatura fantasiosa, mas sim uma literatura de não-ficção, presente no jornalismo. O chamado *new journalism* norte-americano começou a utilizar o modelo literário para dar refinamento à realidade sobre a qual discorre. Passou-se a valorizar a dimensão estética do texto jornalístico e o trabalho minucioso

para captar os detalhes romanescos do fato. No Brasil, esse novo gênero¹ jornalístico ficou conhecido por jornalismo literário, entretanto, com diferentes contextualizações e classificações. Alguns autores afirmam que o novo estilo começa, de fato, com o movimento norte-americano; outros dizem tratar apenas do período no século XIX em que literatos escreviam crônicas, artigos e folhetins para jornais; também há aqueles que apontam para as críticas de obras literárias feitas por jornalistas; bem como, os que incluem outros gêneros como a biografia, ficção jornalística e grande reportagem (Pena, 2006). Na acepção de Pena (2006), o jornalismo literário versa sobre uma mudança linguística, que impacta em nova visão da realidade e rompe com os limites dos fatos cotidianos. É a combinação dos pensamentos divergentes listados acima, e também é a criação de um novo gênero, estabelecido a partir de outros dois.

Ainda, Pena (2006) aponta algumas características essenciais ao jornalismo literário, mas, destaca-se o conceito de perenidade. Segundo o autor, esta nova narrativa não é, de maneira alguma, efêmera, ao contrário, o intuito é que permaneça por gerações, “influenciando o imaginário coletivo e individual em diferentes contextos históricos” (Pena, 2006, p. 15). Com isso, busca-se um enredo que leva em conta que “a realidade é multifacetada, fruto de infinitas relações, articulada em teias de complexidade e indeterminação” (Pena, 2006, p. 15).

Foi, então, a partir dessa ideia de perenidade, presente no jornalismo literário, que se estabeleceu o objetivo central desta pesquisa, porque procurou-se apresentar e aprofundar a correlação entre literatura, jornalismo literário e psicologia, bem como reconhecer os elementos de origem psicológica na construção narrativa jornalística. Se por produção literária entende-se uma produção artística e subjetiva, então, o “aspecto da arte que existe no processo de criação

¹ Não existe consenso no campo da comunicação quanto à classificação dos gêneros jornalísticos, sendo que muitos pesquisadores desconsideram o jornalismo literário enquanto gênero. Conhecendo as limitações que envolvem as pesquisas, nesse sentido, mas sem entrar em discussões aprofundadas, optou-se pelo posicionamento de Pena (2006), que indica o jornalismo literário como gênero jornalístico.

artística”, como pensa Jung (1922/1991, § 97), “pode ser objeto da psicologia”. Dessa maneira, é possível pensar que a narrativa jornalística literária é uma manifestação artística do psiquismo humano? Levando em consideração o pensamento de Pena (2006), talvez a resposta seja afirmativa. Buscar essa confirmação foi o problema principal dissecado ao longo dos estudos.

Essa forma de pensar como se desenvolve o jornalismo literário, elaborado a partir da subjetividade psíquica, tornou o ponto de destaque dessa pesquisa, pois pensou-se na possibilidade de fazer uma associação entre a perenidade do jornalismo literário e a psicologia, mais especificamente a Psicologia Analítica de Carl G. Jung (1875-1961), para, a partir disso, estabelecer uma análise psicológica da reportagem *A floresta das parteiras* (Anexo 1), de Eliane Brum, importante e renomada jornalista literária brasileira.

Outros pesquisadores empreenderam o estudo que relaciona jornalismo e Psicologia Analítica, com diferentes abordagens. Entre eles, encontra-se o professor José Edmundo Silva (2006), que defendeu tese acerca das influências e possibilidades dos arquétipos no desenvolvimento de habilidades de comunicação no trabalho jornalístico, que possam contribuir para melhor formação e atuação profissional. E a pesquisadora Marcélia Pieper (2010), que abordou, em dissertação, a construção mítica no esporte, especificamente a representação arquetípica do herói na imagem do jogador Ronaldo Fenômeno em retorno ao futebol brasileiro.

A partir de buscas em plataformas digitais de catálogos de teses, dissertações e artigos científicos, também foram encontrados estudos com objetivos similares de fazer análises psicológico-arquetípicas de narrativas jornalísticas. Uma pesquisa, em especial, chamou a atenção pela escolha da mesma reportagem aqui proposta. O artigo *Os arquétipos na narrativa jornalística “A floresta das parteiras” de Eliane Brum*, dos pesquisadores Ciecelski e Soster (2017), traz uma revisão bibliográfica sobre narrativas no âmbito comunicacional, e arquétipos e inconsciente

coletivo pela ótica da Psicologia Analítica, seguida da identificação dos arquétipos na narrativa e a conclusão de que estes podem aproximar os leitores da narrativa, bem como ampliar o entendimento quanto à importância do trabalho das parteiras. Os principais arquétipos identificados pelos autores foram: sacerdotisa, sábia, mãe e religiosa.

Outra pesquisa correlata é o artigo *Revolucionárias, sábias e feiticeiras: mulheres reais retratadas na mídia catarinense*, elaborado por Mello (2020) como requisito parcial para conclusão do curso de Jornalismo da Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul). Para a pesquisa, a autora realizou um estudo de caso de uma revista semanal, no período de seis meses, a fim de identificar as figuras simbólicas predominantes sobre as mulheres catarinenses, o qual concluiu com as imagens da feiticeira, da sábia e da revolucionária. A autora também menciona brevemente a reportagem *A floresta das parteiras* e o arquétipo da “mulher selvagem”, no entanto sem o aprofundamento de destaque conferido no presente estudo.

Portanto, a escolha por dar continuidade à análise da reportagem em questão se deu pela diferença no método escolhido. Ao propor uma análise psicológica, propriamente dita, o estudo ganhou contornos diferentes das pesquisas mencionadas acima, o que garantiu aprofundamento e inovação.

MÉTODO

Buscando contribuir de maneira significativa e social, por exemplo, em uma maior socialização dos resultados encontrados, essa dissertação foi elaborada no formato alternativo de coletânea de artigos. Seguindo a mesma problemática, mas abordando questões diferentes, foram produzidos dois estudos escritos individualmente, portanto contam com resumo, introdução, metodologia, análise e considerações gerais. Assim, podem ser lidos e publicados separadamente em veículos de comunicação científica sem a necessidade de serem reformulados, porém seus resultados atendem à problemática da pesquisa.

O método de pesquisa utilizado para a solução do problema exposto foi o qualitativo do tipo teórico-bibliográfico, que tem se apresentado como o procedimento mais adequado para o objeto em questão, uma vez que a investigação ocorre apenas por meio de fontes bibliográficas primárias e secundárias. Além disso, esse método propicia a conjectura de hipóteses e interpretações, fundamentais para o que se pretende e para embasar futuras pesquisas. O procedimento metodológico aconteceu em quatro etapas principais, sendo elas: a identificação da questão-problema; o levantamento bibliográfico propriamente dito; a análise explicativa dos dados apresentados; e a síntese conclusiva, que conectou todos os elementos resultantes em uma interpretação final (Lima & Miotto, 2007).

No Estudo I foi feita uma revisão teórico-bibliográfica da temática da pesquisa, a fim de estabelecer a correlação entre jornalismo literário e Psicologia Analítica. O Estudo II teve a intenção específica de fazer uma análise interpretativa, a partir do método psicológico-hermenêutico da analista junguiana Marie-Louise von Franz (1981), da narrativa jornalística *A floresta das parteiras*, de Eliane Brum.

Cabe ressaltar que o método de von Franz (1981), apesar de ter sido elaborado para

literatura dos contos e mitos, possui potencial e condições de ser utilizado como recurso interpretativo para qualquer tipo de história ou narrativa, resultante de experiências individuais, mas cuja base é proveniente do inconsciente. Conforme afirma von Franz (1981, p. 35), esses conteúdos que são originários de “invasões do inconsciente coletivo no campo de experiências de um único indivíduo, provavelmente, de tempos em tempos criam novos núcleos de histórias e mantêm vivos os materiais existentes”.

Por fim, explicitando os resultados parciais, obteve-se então as considerações finais que integram os dois estudos a partir de uma síntese dos resultados parciais, bem como limites da pesquisa e sugestões de trabalhos futuros que contribuam com a discussão científica.

ESTUDO I

LITERATURA, PSICOLOGIA E JORNALISMO:

O VÍNCULO IMAGINAÇÃO E REALIDADE

Resumo

Ao utilizar a literatura para retratar a realidade, o jornalismo literário amplia as visões do factual, rompe padrões e aprofunda os relatos vividos. Com esses e outros atributos, nota-se um jornalismo que ultrapassa os limites do cotidiano, produzindo um trabalho performático, com característica perene e, ainda assim, com o mesmo rigor, verdade e ética. Assim, a obra jornalística literária se reveste de princípios que a tornam passível de permear o imaginário individual e coletivo, independente do contexto histórico-cultural, estando diretamente enraizado no simbólico humano. Esse aspecto tem uma relação com a ideia de inconsciente coletivo, proposto na Psicologia Analítica de Carl G. Jung (1875-1961), que trata de uma essência psíquica comum a todos os seres humanos, cujo conteúdo é constituído de arquétipos. Nesse sentido, para Jung (1922/1991), a produção literária pode ser objeto de estudo da psicologia, pois é uma das formas de expressões das imagens arquetípicas. Diante disso, essa pesquisa tem o intuito de investigar se o jornalismo literário pode ser uma manifestação artística do psiquismo humano, principalmente tendo como base o argumento de sua perenidade, tal como apontado por Pena (2007). Então, por meio do método da pesquisa qualitativa teórico-bibliográfica, a pesquisa realiza um aprofundamento teórico correlacionando literatura/psicologia, literatura/jornalismo, jornalismo/psicologia e a interação entre os três campos. As análises apontam que o jornalismo literário tem contribuído para o resgate do humano e sua psique, o que possibilita uma análise psicológica das narrativas.

Palavras-chave: Jornalismo Literário; Psicologia Analítica; inconsciente coletivo; arquétipos.

Abstract

By using literature to portray reality, new journalism, or literary journalism in the Brazilian term, expands the views of the factual, breaks patterns and deepens the lived accounts. With these and other attributes, one notices a journalism that goes beyond the limits of the everyday life, producing a performative work, with a perennial characteristic and, yet, with the same rigor, truth and ethics. Thus, the literary journalistic work is vested with principles that make it liable to permeate the individual and collective imaginary, regardless of the historical and cultural context, being directly rooted in the human symbolic. This aspect is related to the idea of the collective unconscious, proposed in the analytical psychology of Carl G. Jung (1875-1961), which deals with a psychic essence common to all human beings, whose content is made up of archetypes. In this sense, for Jung (1922/1991), literary production can be an object of study for psychology, since it is one of the forms of expression of archetypal images. Therefore, this research aims to investigate whether literary journalism can be an artistic manifestation of the human psyche, especially based on the argument of its perennality, as pointed out by Pena (2007). Then, through the qualitative theoretical-bibliographical research method, the research performs a theoretical deepening correlating literature/psychology, literature/journalism, journalism/psychology and the interaction

between the three fields. The analyses point out that literary journalism has contributed to the rescue of the human and his psyche, which enables a psychological analysis of the narratives.

Keywords: Literary Journalism; Analytical Psychology; collective unconscious; archetypes.

Introdução

Livros nas mãos, óculos na ponta do nariz e os olhos acompanhando as palavras que narram histórias e permanecem ao longo do tempo e espaço. As livrarias estampam grandes clássicos da literatura nacional e mundial, alguns recentes e outros que já ultrapassaram as barreiras temporais. O *Mahabharata*, um dos épicos indianos mais antigos, atribuído a Vyasa e, possivelmente, escrito entre os séculos IX e IV A.C., por exemplo, ganha nova edição em 2014²; Machado de Assis, Guimarães Rosa e José de Alencar, atualmente, podem ser carregados no bolso e acessados a qualquer momento por *ebooks*; e os grandes romances, como *Romeu e Julieta*, *A Divina Comédia* e *Dom Quixote*, ainda influenciam o imaginário de milhões de leitores, mesmo em um mundo virtualizado.

A literatura tem a capacidade intrínseca de fazer a mente viajar por outros universos e resgatar sonhos perdidos, ou temporariamente esquecidos, ao longo das gerações. A matriz literária da contação de histórias inspira os devaneios coletivos, desde a tenra idade até os mais longevos. A composição das palavras ditas e escritas em uma narrativa também ajuda ou, ao menos, tenta compreender o homem, o comportamento individual e coletivo, e a sociedade que o integra. Assim, se a literatura está intrinsecamente ligada à imaginação, aos sonhos, desejos e expectativas, pode-se dizer que uma de suas bases está na condição psicológica do ser humano. “Através dessas obras”, comenta Silveira (1981, p. 156), “o leitor ganha a possibilidade de penetrar mais profundamente na alma humana, de tomar consciência de sentimentos e tendências obscuras que

² Buck, W. (2014). *O Mahabharata*: o clássico poema épico indiano recontado em prosa por William Buck. Cultrix: São Paulo.

aí se movem”.

Em meio a esse mundo imaginário, destaca-se o interesse da literatura como o ponto central da pesquisa em confluência com outras duas áreas do conhecimento: a psicologia e o jornalismo. No entanto, o interesse desta investigação, não está relacionada com o fantasioso da literatura ficcional, mas daquela literatura que está permeada pela vivência empírica e real, ou seja, de uma literatura cotidiana presente no jornalismo literário.

O jornalismo literário tem a ambiciosa missão de ampliar os vínculos de compreensão dos acontecimentos, tornando-os mais abrangentes e proporcionando dramaticidade à narrativa. Para isso, conta com uma linguagem mais elaborada, que conduz a história de não-ficção para o simbólico e subjetivo, e estende seu alcance para várias categorias, inclusive como obra de arte literária, cujo espaço-tempo não se prende à atualidade (Pereira Lima, 2009).

Assim, para um melhor entendimento dessa temática, pretende-se aqui, em um primeiro momento, compreender as relações entre literatura/psicologia e literatura/jornalismo para, então, na sequência, pensar sobre a díade jornalismo/psicologia, particularmente a Psicologia Analítica de Carl G. Jung (1875-1961). Para o desenvolvimento desse estudo, utilizou-se o método da pesquisa qualitativa teórico-bibliográfica, com uso de fontes bibliográficas primárias e secundárias. O percurso metodológico aconteceu em quatro etapas: primeiro, a identificação da questão-problema, na qual delimitou-se o objeto parcial de análise, bem como a elaboração da temática principal; segundo, para a investigação das possíveis soluções, passou-se a coleta de documentação e levantamento bibliográfico; terceiro, elaborou-se uma análise interpretativa e explicativa da bibliografia levantada; para, por fim, tecer a síntese integradora, que conectou todas as etapas anteriores em uma reflexão final (Lima & Mito, 2007).

Sem atentar-se para cronologia e tempos históricos, apenas considerando os aspectos de

interação entre os três campos mencionados acima, a pesquisa se delimitou, principalmente, nas seguintes obras consultadas: *O espírito na arte e na ciência* (Jung, 1922/1991); *Os arquétipos e o inconsciente coletivo* (Jung, 1976/2000); *Psicologia e literatura* (Leite, 1964/2012); *Jornalismo literário* (Pena, 2006); e *Radical chique e o novo jornalismo* (Wolfe, 1963/2005).

Os tópicos a seguir foram construídos de forma a apresentar o processo criativo da literatura; a interferência do inconsciente coletivo, proposto por Jung, na criação artística literária; a análise psicológica da literatura; o tipo de romance de não-ficção do jornalismo literário; a correlação psicológica entre jornalismo literário e inconsciente coletivo; e, por fim, uma síntese da relação literatura, psicologia e jornalismo.

1. Criador e criatura: a centelha criativa psicológica da literatura

O que configura uma obra literária? Existem elementos pré-estabelecidos que a modelam? Quais influências externas e internas contribuem para uma obra de arte literária? Por certo, estas perguntas não esgotam todas as abordagens possíveis sobre o assunto, mas são pontos de partida para chegar ao pensamento junguiano sobre o processo criativo da literatura.

Grandes críticos modernos e contemporâneos estudaram sobre a literatura em si, a criação literária, bem como sua influência sobre o sujeito que escreve, o sujeito que lê e toda a sociedade que a envolve. O crítico literário Terry Eagleton (1985/2006) destaca que inúmeras são as tentativas de descrever, explicar e representar a literatura. Costuma-se pensá-la como uma escrita imaginativa, diretamente ligada à ficção, ou enquanto meio de se afastar da fala cotidiana, através de uma linguagem peculiar que fala por si só; também pode variar de acordo com a maneira pela qual é recebida pelo público; entre inúmeros outros fatores. O autor conclui que é possível pensar a literatura por meio das variadas formas que as pessoas se relacionam com o texto escrito, muito

além de um conjunto de qualidades ou elementos inerentes.

Não existe uma ‘essência’ da literatura. Qualquer fragmento de escrita pode ser lido ‘não-pragmaticamente’, se é isso o que significa ler um texto como literatura, assim como qualquer escrito pode ser lido ‘poeticamente’. [...]. ‘Literatura’ talvez signifique exatamente [...] qualquer tipo de escrita que, por alguma razão, seja altamente valorizada (Eagleton, 1985/2006, pp. 13-14).

Não há estabilidade no conceito e na qualidade literária, de forma que ela pode ser transitória. Então, cada pessoa – escritores, leitores, críticos, estudiosos – pode entender a literatura de determinada maneira, e, em cada nova conceituação, compreender os limites para uma definição concreta e essencial. O sociólogo Antonio Candido (1965/2006), por exemplo, aborda de forma sistemática a interferência social sobre a criação literária, sempre cuidando para não tomar uma explicação imperialista ou simplista. Alguns tópicos para o entendimento sociológico envolvem o gênero e conteúdo da obra; período e posicionamento social do escritor; o processo de mimetização ou representação da sociedade; a aceitação ou rejeição por parte dos leitores; entre outros.

Candido (1965/2006) compreende que a análise e crítica literária podem ser estabelecidas a partir do social externo e do social que é internalizado pelo literato. É através deste social, ainda que de forma relativizada, que é possível explicar a validade e o impacto da literatura sobre a sociedade. Todo esse processo é complexo, pois aponta para os limites da autonomia do autor, tendo em vista o forte condicionamento das forças sociais sobre a arte. Assim, a obra se torna um organismo e é o público que passa a dar sentido a ele.

[...] desejo voltar à relação inextricável, do ponto de vista sociológico, entre a obra, o autor e o público [...]. Na medida em que a arte é [...] um sistema simbólico de comunicação inter-humana, ela pressupõe o jogo permanente de relações entre os três, que formam uma tríade indissolúvel. O público dá sentido e realidade à obra, e sem ele o autor não se realiza, pois ele é de certo modo o espelho que reflete a sua imagem enquanto criador. Os artistas incompreendidos, ou desconhecidos em seu tempo, passam realmente a viver quando a posteridade define afinal o seu valor. Deste modo, o público é fator de ligação entre o autor e a sua própria obra (Candido, 1965/2006, pp. 46-47).

Desta forma, todo o processo literário depende da interação entre essa tríade. E, em menor ou maior escala, outros autores também assumem esse pensamento, mesmo que de formas distintas, para explicar a literatura e suas significações. O pesquisador e psicólogo Dante Moreira Leite (1964/2002) destaca que a literatura, bem como qualquer pensamento produtivo, é uma maneira de interação que o escritor mantém com o ambiente externo e interno, por isso é importante fazer referência a esse quadro, por meio da sensibilidade e de recursos intelectuais. O autor aponta que a obra literária pode ser vista enquanto perspectiva para o estudo da psicologia, o que envolve conhecer o literato, o processo criativo, a análise do texto e a recepção literária; neste tópico, cabe ressaltar os dois primeiros.

O escritor, muitas vezes, é compreendido como um ser com capacidade sobrenatural, marcado por um dom que o difere e isola de outros sujeitos. No entanto, há uma segunda ideia que o enquadra como um artesão, pois é o indivíduo que utiliza palavras com o intuito de produzir efeitos estéticos, ou que busca e constrói formas harmoniosas e satisfatórias através da escrita (Leite, 1964/2002). Em todo caso, é importante compreender o indivíduo que cria, bem como as

características que o diferenciam, pois, a centelha criativa o perpassa e pode ser uma das formas de análise literária de cunho psicológico.

O processo criador da escrita literária, como analisa Leite (1964/2002), atravessa por aspectos exteriores, o que inclui a realidade social à qual o escritor está inserido, as referências culturais da época e as reações pessoais ao trabalho artístico. Somente após o exame destas condições, é possível examinar as circunstâncias internas, ou seja, a dinâmica psicológica da produção artística, pois, de certa forma, a literatura também é a expressão da perspectiva interna sobre o que se dá no externo.

Fato é que a necessidade de significação é intrínseca ao ser humano. As interpretações possíveis sobre determinado assunto – ou, neste caso, da obra literária – podem formar um conjunto amplo de diferentes pontos de vista. No entanto, a literatura enquanto obra de arte impele ao seguinte questionamento: a arte, de fato, significa algo? Jung (1922/1991) vai dizer que, eventualmente, a arte não significa algo, mas sendo tal qual a natureza, que simplesmente é. Outro enfoque psicológico de Jung é sobre a arte enquanto beleza, de forma que é completa e suficiente em si mesma.

Por vezes, a significação pode ser pura interpretação, que mais imagina do que existe, justamente pela carência intelectual humana por sentido. Entretanto, ao relacionar a obra de arte com a psicologia, é preciso sair do âmbito artístico e entrar no campo dos sentidos e interpretações específicas. Então, cabe ao psicólogo conjecturar e entender, com o intuito de gerar significado psicológico, mesmo que seja preciso limitar os sentidos da história e afastar dos mistérios que se realizam na obra (Jung, 1922/1991).

No entanto, toda análise é limitada. A interpretação, por si, é um processo de abrir mão de inúmeras outras possibilidades em vista de apenas uma. Quando se trata de arte – especificamente

a literatura, como nesta pesquisa – a discrepância pode ser ainda maior. Afirma Leite (1964/2002) que a explicação psicológica de uma obra artística é uma alternativa, entre várias outras, na qual se busca compreender a partir de propriedades do indivíduo que escreve e que lê. Por isso, cabe pontuar e destacar o percurso escolhido para a interpretação deste estudo: a análise psicológica da literatura a partir da Psicologia Analítica.

Antes de entrar na interpretação psicológica escolhida para a literatura do jornalismo literário, é necessário contextualizar acerca do trabalho e pensamento de Carl Gustav Jung (1875-1961), que estabeleceu algumas ideias, conceitos e métodos, na chamada Psicologia Analítica, no intuito de alcançar a complexidade dos fenômenos psíquicos.

Aos 24 anos, Jung, ainda estudante de medicina, optou pelo campo da psiquiatria, principalmente quando passou a aprofundar os estudos psicológicos e investigações acerca da psique humana. A partir de 1913, começou a constituir um sistema próprio de psicologia que abrange as noções de personalidade, consciente e inconsciente, sonhos, símbolos, arquétipos e outras. No decorrer de seus escritos, abordou diversos assuntos, além dos conteúdos psicológicos, por exemplo temas filosóficos e outros considerados irrelevantes pela comunidade científica, por exemplo alquimia, adivinhação, mediunidade, telepatia e mitos. O ponto de interesse era revelar como esses assuntos refletem sobre o indivíduo e o denominado inconsciente coletivo. Todavia, ele não se submeteu à convenção científica, utilizando as diversas fontes possíveis para inferir sobre a manifestação do inconsciente e do universal sobre a personalidade e comportamento do homem (Jung, 1961/2019).

Na acepção de Jung (1976/2000), a psique humana é constituída em dois níveis: o consciente e o inconsciente. De forma resumida, ele determina que a consciência é a parte a qual o indivíduo tem acesso direto, dando-lhe ciência de si e do mundo; o inconsciente, camada

desconhecida e oculta de si mesmo, pode-se dividir em: pessoal, onde ficam armazenadas as experiências não necessárias à função consciente ou ao processo de individuação; e coletivo, que trata de um receptáculo de imagens primordiais, herdadas ao longo da evolução humana.

Dando ênfase ao inconsciente coletivo, Jung (1976/2000) mostrou que se constitui como uma camada mais profunda, pois integra os conteúdos e sistemas de conduta existentes em todos os indivíduos, além de tempo e/ou lugar. “O inconsciente coletivo é uma parte da psique que pode distinguir-se de um inconsciente pessoal pelo fato de que não deve sua existência à experiência pessoal”, como afirma Jung (1976/2000, § 88), porque possuem “conteúdos que nunca estiveram na consciência e, portanto, não foram adquiridos individualmente, mas devem sua existência apenas à hereditariedade”. Ao contrário do inconsciente pessoal, que pode ser levado à anamnese, o inconsciente coletivo não pode ser rememorado, pois não é reprimido ou esquecido, ele existe apenas como uma possibilidade ou ideias *a priori* presentes desde os tempos longínquos.

Pode-se dizer que consiste em uma essência psíquica comum a todos os seres humanos, porque enquanto “o inconsciente pessoal consiste em sua maior parte de complexos, o conteúdo do inconsciente coletivo é constituído essencialmente de arquétipos” (Jung, 1976/2000, § 88). A analista junguiana Marie Louise von Franz (1981) explica que, no inconsciente coletivo, os arquétipos estão imbricados uns nos outros e são fatores psíquicos desconhecidos. Apenas quando são elevados à consciência, é possível separá-los e interpretá-los, mesmo que de maneira superficial pois nunca se chega ao conhecimento pleno. Ainda assim, a interpretação dependerá das “diferenças emocionais entre os símbolos” (von Franz, 1981, p. 28), ou seja, cada pessoa apreende o arquétipo a partir do seu próprio nível de consciência, fazendo associações com base em suas próprias experiências psicológicas, sociais e culturais.

Os arquétipos podem emergir à consciência quando há a manifestação livre da imaginação

criativa. Algumas formas de isso acontecer são através dos sonhos, mitos, símbolos, arte e literatura. O conteúdo universal surge à consciência, podendo ganhar materialidade e assumindo características que variam de acordo com o sujeito, a sociedade e o tempo no qual se manifesta, no entanto, o indivíduo se torna um porta voz de toda a humanidade que ressoa dentro de si, não agindo mais por sua própria consciência (Jung, 1922/1991).

Toda referência ao arquétipo, seja experimentada ou apenas dita, é ‘perturbadora’, isto é, ela atua, pois ela solta em nós uma voz muito mais poderosa do que a nossa. Quem fala através de imagens primordiais, fala como se tivesse mil vozes; ‘comove e subjuga, elevando simultaneamente aquilo que qualifica de único e efêmero na esfera do contínuo devir, eleva o destino pessoal ao destino da humanidade e com isto também solta em nós todas aquelas forças benéficas que desde sempre possibilitaram a humanidade salvar-se de todos os perigos e também sobreviver à mais longa noite (Jung, 1922/1991, § 129).

Jung (1964/2016, p. 113) deixou registrado em um dos seus últimos ensaios, publicado na obra *O homem e seus símbolos*, que “os símbolos apontam direções diferentes daquelas que percebemos com a nossa mente consciente; e, portanto, relacionam-se com coisas inconscientes, ou apenas parcialmente conscientes”. Apresentam-se em todas as manifestações psíquicas, por exemplo em alguns sonhos, pensamentos, sentimentos, atitudes e, até mesmo, na criação de formas e objetos inanimados. Assim, a linguagem e expressão do humano, por exemplo, são sempre abundantes em simbolismos. A comunicação – falada, escrita, imagética, artística, onírica e tantas outras – é simbólica quando enreda algo além do significado explícito e imediato, isto é, possui um aspecto inconsciente profuso, que nunca pode ser inteiramente definido ou explicado. Mesmo

que não se possa conhecer toda a informação simbólica inconsciente, ela ocupa o cotidiano e influencia a maneira a qual o homem reage a pessoas, fatos e histórias, bem como possibilita ideias criativas (Jung, 1964/2016).

As lendas, fábulas, histórias e narrativas, por exemplo, são carregadas de referências simbólicas. Os mitos se apoiam em símbolos que não foram conscientemente concebidos e, durante muito tempo, pouco importava a origem das fantasias narradas. Após longo período é que as pessoas passaram a questionar de onde emergiam tais histórias e de que maneira elas exerciam influência sobre aqueles que escutavam e, até mesmo, os que nunca ouviram falar sobre (Jung, 1964/2016). Ainda, von Franz (1981) explica que o interesse de Jung por mitos e contos de fada se deve ao fato de conterem vasto material cultural que remete às estruturas básicas da psique humana e podem oferecer uma imagem mais evidente do arranjo psíquico.

As lendas, normalmente, partem de sagas locais ou histórias sobrenaturais, que se espalham entre comunidades e, sob condições propícias, são enriquecidas com outras representações arquetípicas, tornando-se contos folclóricos. O mito está mais ligado ao inconsciente coletivo cultural de determinado povo ou nação. Os contos de fadas, em contraponto, podem ser considerados conteúdos mais profundos, pois expressam os arquétipos em sua forma mais pura e simples, que refletem o esqueleto da psique ou a “base humana universal” (von Franz, 1981, pp. 37-38). São os materiais mais simples que contém imagens arquetípicas, de forma que podem auxiliar na compreensão dos processos psíquicos coletivos e, até mesmo, chegar ao ápice da Psicologia Analítica, que é o conceito de *self*, ou si-mesmo, tudo o que integra cada indivíduo e o diferencia dos outros (von Franz, 1981).

Em relação à literatura, mas sem incorrer ao pecado da unilateralidade, Jung (1922/1991) diferencia dois tipos de criação literária: a literatura psicológica e a literatura visionária. A primeira

conduz o leitor aos conteúdos que se movem nas fronteiras do consciente humano, por exemplo as experiências de vida, conflitos emocionais e vivências passionais; é psicológica porque está no domínio de tudo o que pode ser assimilado e compreendido pela psicologia imediata. Diferentemente, a literatura visionária apresenta temas e vivências de naturezas desconhecidas e profundas, na qual a narrativa implica em símbolos que ultrapassam a dimensão sensível e cognoscível do homem. “Sua essência estranha, de natureza profunda”, analisa Jung (1922/1991, § 141), “parece porvir de abismos de uma época arcaica, ou de mundos de sombra e de luz sobre-humanos”.

Assim, a obra psicológica aponta para uma visão de mundo a partir das características dos indivíduos que circundam a narrativa, bem como inevitáveis experiências humanas, o que, em substrato, possibilitam uma explicação psicológica direta e objetiva. Então, o literato e o psicólogo se ocupam do mesmo problema, de interpretar as experiências humanas conscientes, apresentando linguagem e assunto conhecidos que se explicam por si mesmos e são acessíveis à inteligência. No entanto, a literatura visionária apresenta outra descrição comportamental que não é possível à psicologia convencional. Esta é a que mais interessa ao psicólogo, pois evoca aspectos obscuros da alma, causando certo desconforto e, até mesmo, rejeição (Leite, 1964/2002).

A forma visionária [...] rasga de alto a baixo a cortina na qual estão pintadas as imagens cósmicas, permitindo uma visão das profundezas incompreensíveis daquilo que ainda não se formou. Trata-se de outros mundos? Ou de um obscurecimento do espírito? Ou das fontes originárias da alma humana? Ou ainda do futuro das gerações vindouras? Não podemos responder a essas questões nem pela afirmativa, nem pela negativa (Jung, 1922/1991, § 141).

A narrativa visionária trata, justamente, dos conteúdos do inconsciente coletivo e da personificação dos arquétipos, por isso não é possível interpretá-la totalmente, o que causa tamanha inquietação para quem lê e desafia o psicólogo a buscar sentidos. No entanto, não se deve deixar levar por outras psicologias, como a freudiana, a qual explicaria esse fenômeno como uma criação neurótica de experiências pessoais reprimidas do autor. Para Jung, é preciso ir além dessa noção reducionista da vivência visionária a uma experiência pessoal, que, conseqüentemente, desvia a psicologia da obra de arte para a psicologia do literato (Leite, 1964/2002). A essência da verdadeira obra de arte literária está muito além dos aspectos pessoais.

A cada século que passa, a manifestação dos conteúdos do inconsciente coletivo ganha mais variações e possibilita novas experiências artísticas. Muitos críticos, inclusive literatos, recusam a ideia do inconsciente coletivo enquanto depósito e transmissão de experiências ancestrais passadas por gerações. No entanto, esse pensamento se tornou mais aceitável quando viabilizou uma explicação para a criação e permanência da obra de arte (Leite, 1964/2002). A noção desse inconsciente aponta que é impossível apreender a arte de maneira integral ou reduzi-la em algumas poucas interpretações. Por isso, Jung (1922/1991) explica que uma parte da atividade artística é psicológica, de forma que pode ser submetida à análise de cunho psicológico, mas também tem uma essência que nunca é captada inteiramente.

Muitos artistas, filósofos e mesmo cientistas devem suas melhores ideias a inspirações nascidas de súbito do inconsciente. A capacidade de alcançar um veio particularmente rico desse material e transformá-lo de maneira eficaz em filosofia, em literatura, em música ou em descobertas científicas é o que comumente chamamos genialidade (Jung, 1964/2016,

p. 42).

É sobre esse forte “impulso criativo que brota do inconsciente” (Jung, 1922/1991, § 115) que se verá em seguida.

2. A criatura soberana: complexo autônomo e história arquetípica

O literato é, aparentemente, um ser humano comum, com vivências cotidianas, como qualquer outro humano que, de repente, pode ser invadido por algum tipo de sensação, intuição ou inspiração, que não sabe ao certo de onde vem ou porquê vem. Mas, simplesmente libera todo o corpo para que o assombroso fenômeno se aproprie dele e transmita a informação necessária. O escritor é tomado, então, pela vivência originária que, para Jung (1922/1991), consiste de uma grande intuição que se apodera da pessoa e tende a expressar-se de maneira visível. É neste momento que os materiais arquetípicos inconscientes tomam forma através de personagens e histórias simbólicas, que causam reações diversas nos leitores, ou seja, a manifestação da narrativa visionária.

Ao contrário da obra psicológica, que nasce da intenção pessoal do autor em alcançar determinado resultado, a obra visionária desponta através do impulso criativo inconsciente, de conteúdo coletivo, no qual o escritor é subordinado ao propósito arquetípico. A perspectiva de Jung (1922/1991) é de que até mesmo algumas obras inicialmente psicológicas podem acabar tendo aspectos visionários. Neste caso, o literato acredita estar trabalhando com um propósito definido, utilizando efeitos, estilos e critérios próprios, no entanto, em determinado momento, ele pode ser tomado por um êxtase criador, que já nem consegue admitir outra ideia, “assim sendo, a convicção do poeta de estar criando com liberdade absoluta seria uma ilusão de seu consciente:

ele acredita estar nadando, mas na realidade está sendo levado por uma corrente invisível” (Jung, 1922/1991, § 113).

As provas empíricas, nesses casos, podem ser indiretas ou diretas. Essas envolvem as situações em que o escritor produz mais do que ele mesmo compreende, mesmo quando supõe estar dizendo algo evidente. As indiretas apontam para as circunstâncias em que existe um imperativo maior ou uma exigência dominante, que podem gerar desordens psíquicas caso a atividade criativa seja interrompida, de forma voluntária ou involuntária (Jung, 1922/1991). O escritor/artista perde o controle de sua própria obra, mesmo quando acredita estar totalmente consciente de sua produção. Ainda, para von Franz (1981, p. 35), através dessa invasão criativa é que surgem as “histórias arquetípicas”. A analista destaca que a irrupção dos conteúdos arquetípicos no artista acontece sempre que se dá algum evento ou alucinação coletiva, o que o instiga na construção de uma história sustentada e norteada por arquétipos. Esse processo criativo manifestado enquanto essência viva na alma do literato é denominado complexo autônomo pela Psicologia Analítica (Jung, 1922/1991).

Essas obras praticamente se impõem ao autor, sua mão é de certo modo assumida, sua pena escreve coisas que sua própria mente vê com espanto. A obra traz em si a sua própria forma; tudo aquilo que ele gostaria de acrescentar, será recusado; e tudo aquilo que ele não gostaria de aceitar, lhe será imposto (Jung, 1922/1991, § 110).

Todo esse processo é acatado pelo autor com certa dose de estarecimento. O prisma junguiano é de que o consciente do escritor fica perplexo e vazio diante do fenômeno, pois ele é totalmente submerso por um fluxo de imagens e ideias que jamais imaginou criar. A perturbação

é maior quando, por *flashes* de consciência, reconhece em tudo isso o seu si-mesmo, ou seja, sua natureza mais íntima, que evidencia aspectos que ele nunca teria a audácia de expor. Então, “ele apenas pode obedecer e seguir esse impulso aparentemente estranho; sente que a sua obra é maior do que ele e exerce um domínio tal que ele nada lhe pode impor” (Jung, 1922/1991, § 110).

Jung (1922/1991) é ainda mais instigante quando destaca que muitos artistas pagam caro por terem a capacidade de manifestarem o poder criativo inconsciente. O impulso criador utiliza a maior parte da energia vital do autor, de forma que o lado humano é muitas vezes debilitado em favor do lado criador. Assim, muitas vezes pode tornar-se um solitário, ao apresentar atitudes excêntricas e não conseguir estimular relacionamentos interpessoais de maneira adequada.

A grande contribuição psicológica de Jung, nesse sentido, é a de que o ato criativo e o artista criador são desafiadores à compreensão humana, mas isso não impede uma tentativa de entendimento. Ao rejeitar as explicações freudianas, que sempre tendiam a descrever os mesmos conflitos em todas as obras, Jung destaca que a verdadeira obra de arte literária é derivada de fatores coletivos e apresenta variado número de conceitos, que, na maioria das vezes, não podem ser verificados pela ciência. O artista é um ser dual que, de um lado, possui uma vida pessoal e, por outro lado, vive um processo criador impessoal, conseqüentemente, não é uma pessoa dotada de livre arbítrio (Leite, 1964/2002).

Desta forma, o complexo autônomo, ou seja, esse apoderamento arquetípico sobre o autor, aponta para o artista enquanto homem coletivo, uma alma inconsciente e coletiva. Não diz respeito aos sentimentos e sensações individuais, mas de todo o coletivo, é exatamente por esse motivo que “a obra-prima é ao mesmo tempo objetiva e impessoal, tocando nosso ser mais profundo. É por esse motivo também que a personalidade do poeta só pode ser considerada como algo de propício ou desfavorável, mas nunca é essencial relativamente à sua arte” (Jung, 1922/1991, § 162).

Conforme a percepção de Leite (1964/2002, p. 50), a obra de arte permanece viva porque exprime, além das situações sociais, essa condição humana coletiva, as “ideias mais ricas e significativas da humanidade”.

A criatura soberana se impõe e o escritor se torna apenas seu instrumento. A arte domina o artista. Por isso, a interpretação de uma obra de arte literária é limitada, e mais insuficiente quando se tenta analisar somente as particularidades de quem a escreve. Optar por determinada interpretação leva sempre à seleção de alguns aspectos em detrimento de outros, é o que acontece quando se pretende fazer uma análise psicológica da literatura.

3. Sobre a interpretação psicológica da literatura

Além da análise sobre o ato criativo e a influência do escritor sobre a obra, a interpretação psicológica da literatura pode ser segmentada em outros dois tópicos maiores: a obra literária em si e a recepção dos leitores. O primeiro ponto a ser destacado é, sem dúvida, a intenção do ato de interpretar a arte. No caso específico da literatura, a arte escrita é completa por si mesma e analisar é reduzi-la em determinados aspectos. Von Franz (1981) vai dizer que a interpretação é sempre inferior, no entanto, é o melhor caminho para trazer a objetividade necessária ao analista, psicólogo ou crítico.

Para compreender os processos psicológicos que envolvem a literatura é preciso passá-la pelo crivo da interpretação, mesmo sendo múltipla e limitada. A interpretação possui uma sequência lógica, o que, conseqüentemente, renuncia outros aspectos igualmente importantes, “no entanto, se a interpretação é pertinente, o empobrecimento é compensado pela ampliação que a perspectiva oferece” (Leite, 1964/2002, p. 173). Analisar a literatura pode ampliar a viabilidade de entender o texto e, até mesmo, chegar a uma apropriação satisfatória de significação. Sempre

que o escritor atravessa o que Jung (1922/1991) denominou narrativa psicológica, ainda que não chegue à narrativa visionária, vê-se a necessidade de uma análise de cunho psicológico. A interpretação aponta, então, para os aspectos que são comuns às pessoas, o universal, ou seja, as emoções e reações afetivas gerais. Assim, a psicologia pode contribuir na elucidação da obra literária por meio de comparações e terminologias, mas também pode avançar, ao aprofundar na disposição formada de experiências ancestrais do inconsciente coletivo, a partir do qual evoluiu à consciência (Jung, 1922/1991).

Para trazer essa objetividade psicológica nas narrativas literárias, von Franz (1981) elaborou um método interpretativo e estabeleceu algumas regras que guiem aquele que interpreta. A interpretação psicológico-arquetípica acontece, segundo sua elaboração metódica hermenêutica, em cinco passos principais, a começar por determinar o tempo, lugar e personagens da narrativa. Em seguida, é preciso expor o problema principal, bem como a natureza psicológica que o compreende, e descrever o enredo, altos e baixos, clímax e conclusão da história. A partir da descrição estrutural da história, sucede a comparação com outras histórias, bem como a assimilação da presença de arquétipos e simbolismos. Neste passo, von Franz (1981, pp. 54-55) explica que se faz necessário confrontar com materiais análogos, a fim de conhecer o que ela denomina “anatomia comparativa”.

Somente, após observar a estrutura do material e fazer as associações possíveis, entra-se na interpretação psicológica propriamente dita, ou seja, na tradução da história psicológico-arquetípica em uma linguagem teórico-psicológica. No entanto, esta não é uma verdade absoluta, mas, apenas, um outro modo de contar a história, que poderá ser revisto sempre que não fizer mais sentido, como explica von Franz (1981):

Interpretação psicológica é o nosso modo de contar histórias, pois ainda necessitamos delas e ainda aspiramos à renovação que advém da compreensão de imagens arquetípicas. Nós sabemos muito bem que a interpretação é o nosso mito. Nós explicamos X por Y, porque Y corresponde melhor ao nosso espírito atual. Um dia não será mais esse o caso e haverá necessidade de uma explicação Z. Isso nos leva a afirmar que nossas interpretações nunca deverão se apresentar como ‘Isto é assim’, o que seria uma tapeação. [...]. O único critério correto seria perguntar: Essa interpretação é satisfatória? Em que medida tem significado para mim e para outras pessoas? (von Franz, 1981, pp. 56-57).

Dito isso, o método interpretativo da obra indica, a princípio, que a essência literária está além das particularidades pessoais que lhe pesam, de forma que a qualidade não está subordinada à apresentação de processos psicológicos. Tampouco precisa estar associada a domínios como a política, filosofia, história ou sociologia, apesar de, frequentemente, atingir esses âmbitos. Fato é que a literatura, enquanto obra de arte, aponta para uma visão de mundo, que não necessariamente se identifica com a verdade científica ou filosófica, mas sim que fala diretamente ao espírito (*Geist*) da humanidade (Leite, 1964/2002). No entanto, ao fazer a interpretação, é possível utilizar a obra literária para compreender os processos psicológicos. A arte, de forma geral, pode dizer muito mais sobre a psique humana do que qualquer outra área do conhecimento e é neste ponto em que consiste a importância de trazer a objetividade e interpretação psicológica.

Nesse quesito, Leite (1964/2002) conclui que, apesar de todos os esforços, talvez seja impossível retratar a impressão de realidade expressa por personagens literários. No entanto, deduz que a literatura consegue dizer muito mais sobre a predisposição para determinado comportamento do que qualquer tentativa de conceituação propriamente psicológica. Ou seja, o literato consegue

traduzir de forma concreta algumas tendências ou aspectos pessoais que não estão na alçada do psicólogo, a menos que este utilize alguma técnica literária.

A ficção é satisfatória por permitir a compreensão do comportamento, e quanto maior o nível da ficção, mais completa a explicação que nos apresenta, ou mais profunda a sua análise. Por isso é possível dizer que a ficção revela o comportamento humano, e representa uma forma de autoconhecimento, assim como de conhecimentos dos outros, por meio de uma organização peculiar, característica de cada escritor (Leite, 1964/2002, p. 228).

Outro problema que cabe especialmente ao psicólogo é entender e explicar o que ocorre no leitor durante determinadas leituras, bem como as influências direta e indireta que podem ser inferidas. Normalmente, a ficção se torna fonte de prazer quando concilia a distância correta da realidade (Leite, 1964/2002). É necessário que a narrativa tenha uma proximidade variável com o real, ainda que seja permeada por elementos fantasiosos. E, talvez, seja exatamente a dosagem perfeita de realidade e fantasia que torna *Alice*³ um clássico inesquecível ou *Robin Hood*⁴ uma figura lendária, por exemplo.

Uma abordagem interessante é que o ser humano está sempre buscando por situações de desequilíbrio, com o intuito de trazer estímulos mais intensos, que, normalmente, não encontra na vida cotidiana. Então, enquanto leitor, entrega-se a um romance, que o retira temporariamente da rotina. A partir do momento, em que se integra na leitura, direciona seu esforço para voltar

³ *Alice no país das maravilhas* é o clássico mais conhecido de Lewis Carroll. Escrito e lançado em 1865, a obra mostra os absurdos da vida adulta e contém diversos ensinamentos apreciados ao longo da passagem de gerações (Lazar; Karlan; Salter, 2007).

⁴ O lendário herói que roubava dos ricos para dar aos pobres é uma figura firmada na psique coletiva. A primeira menção de *Robin Hood* foi por William Langland, no poema *Piers the Plowman*, em 1377. Geração após geração, a lenda foi sendo desenvolvida, de forma a se encaixar na fantasia de cada época (Lazar; Karlan; Salter, 2007).

novamente a uma situação de equilíbrio, que só pode ser alcançado no final do livro. Assim, o leitor utiliza a obra literária como meio para uma necessidade intrínseca de equilíbrio e desequilíbrio (Leite, 1964/2002).

O mesmo acontece de forma coletiva; muitas vezes, as obras literárias são compensatórias da conduta consciente, ou seja, atuam como mecanismo de equilíbrio social (Leite, 1964/2002). Jung (1922/1991) compara a época com a alma de um indivíduo, a qual possui uma conjuntura consciente específica e limitada, que necessita de compensação; essa pode ser proporcionada pelo inconsciente coletivo, através do artista, por exemplo, que consegue exprimir a necessidade negligenciada.

Por isso, a obra visionária é um enigma que, frequentemente, pode ser rejeitada em um primeiro momento. Isso porque, sendo um ser que busca por sentidos, o humano pode se sentir confuso diante de uma história psicológico-arquetípica (Leite, 1964/2002). E, quanto mais desconcertante, é possível que mais forte seja a expressão simbólica, ou seja, a manifestação de “algo realmente existente, mas imperfeitamente conhecido” (Jung, 1922/1991). Nesse caso de rejeição, as imagens primordiais que aparecem nas obras ficam adormecidas até serem despertadas pela visão coletiva, a fim de se tornarem um equilíbrio psicológico da época (Leite, 1964/2002). Isso acontece quando o símbolo significa apenas a possibilidade ou indício de um sentido, que ultrapassa a capacidade de compreensão do espírito da época ou o contexto social em que se insere (Jung, 1922/1991).

Assim, muitas obras, rejeitadas no período ou época em que são publicadas, devido à falta de preparo psicológico coletivo para compreender a mensagem arquetípica, são redescobertas, ao longo do tempo, e podem fascinar determinado público que, então, estava pronto para captar a mensagem inconsciente presente e trazer o equilíbrio necessário à coletividade.

Muitas vezes já nos aconteceu redescobrirmos repentinamente um poeta. Isto ocorre quando nossa evolução consciente já alcançou graus mais elevados, e, a partir deles, o velho poeta nos diz algo de novo. Já existia antes em sua obra, mas era um símbolo escondido que só nos foi permitido ler após uma renovação do espírito da época. Houve necessidade de outros e novos olhos, pois os antigos só poderiam ver o que estavam acostumados a ver (Jung, 1922/1991, § 119).

Deste modo, as histórias psicológico-arquetípicas desafiam a compreensão coletiva e mexem com algo verdadeiramente profundo, por isso, muitas vezes, não agradam o leitor de forma estética. No entanto, de alguma forma, elas esperam ser redescobertas por pessoas que captam o algo a mais que dizem, mesmo que não consigam decifrá-lo integralmente (Jung, 1922/1991). Mas quem poderá dizer que alguém realmente conseguiu revelar os símbolos contidos em uma obra? Trata-se, novamente, da ideia de que tudo não passa de recortes de interpretação, os quais Jung (1922/1991) alertava para não incorrer na unilateralidade e dogmatismo. Todas as hipóteses estão fundadas em subjetivismos, o que impedem a reivindicação de uma validade geral.

Além disso, a recepção da obra literária não pode ser totalmente apreendida, devido aos processos inacessíveis à consciência; na maioria das vezes, não se pode compreender os motivos pelos quais uma obra exerce tamanha influência sobre o cotidiano individual e coletivo. Cabe ao investigador se contentar com a elucidação parcial de um aspecto do todo. Por isso, a proposta evidenciada por Leite (1964/2012) é que a arte seja atualizada em cada época, por mais ambíguo que pareça ser, pois somente quando cada leitor refaz a obra é que esta adquire plenitude estética. Isso significa sempre interpretar e trazer para o presente a obra do passado.

É neste movimento de interpretação e reinterpretação que a arte se mantém. A percepção e permanência da obra literária depende, então, das condições do objeto, do leitor e do universal inconsciente. A ambiguidade presente nas obras literárias possibilita a variação de interpretações, o que impossibilita que se chegue a uma interpretação definitiva. No entanto, a cada reinterpretação, uma nova forma de perceber se apresenta e se mostra em perfeita sintonia com a época e a sociedade do momento (Leite, 1964/2002). A obra de arte, então, atua continuamente na educação do espírito da época, trazendo as formas que são necessárias para compensar as angústias sociais.

4. O intruso literário: o romance de não-ficção

Após a exposição da díade literatura e psicologia nos tópicos anteriores, apresenta-se agora um tipo de literatura em confluência com outra área do conhecimento: o jornalismo. Na década de 1960, uma ideia curiosa começou a apontar no limiar das reportagens especiais: “talvez fosse possível escrever jornalismo para ser [...] lido como um romance” (Wolfe, 1963/2005, p. 19). De alguma forma, o jornalista e escritor Tom Wolfe (1963/2005) foi o responsável por pormenorizar o movimento que borbulhava entre os jornalistas da época, conhecido como *new journalism*. No entanto, outros escritores já antecipavam o novo gênero, sendo os dois nomes de maior relevância mundial John Hersey, autor de *Hiroshima* (1946) e Truman Capote, escritor de *A sangue frio* (1965); ambos utilizaram a narrativa romanceada para escrever uma obra jornalística, recriando diálogos e reconstruindo a atmosfera de cada cena. A obra de Capote foi uma das que exerceu maior influência para a escrita do movimento de Wolfe (Pena, 2006).

O que proporciona o advento do *new journalism*, conhecido no Brasil como jornalismo literário, é a insatisfação por parte de vários profissionais da imprensa, que se viam presos às regras

de objetividade e suposta cientificidade dos meios de comunicação. O movimento foi organizado pelo instinto de vivenciar um jornalismo subjetivo, profundo e verdadeiramente inspirador. O jornalista precisa estar, de fato, presente no ambiente que quer reconstruir e, para isso, lança mão de recursos literários, como organizar a história cena a cena, registrar diálogos completos, apresentar os diferentes pontos de vistas de todos que compõem a narrativa e, em especial, “registrar hábitos, roupas, gestos e outras características simbólicas do personagem” (Pena, 2006, p. 54). Ou, como descreveu Wolfe (1963/2005):

Eles [jornalistas] estavam indo além dos limites convencionais do jornalismo, mas não apenas em termos de técnica. O tipo de reportagem que faziam parecia muito mais ambicioso também para eles [...]. Tinham de reunir todo o material que o jornalista convencional procurava – e ir além. Parecia absolutamente importante *estar ali* quando ocorressem cenas dramáticas, para captar o diálogo, os gestos, as expressões faciais, os detalhes do ambiente. A ideia era dar a descrição objetiva completa, mais alguma coisa que os leitores sempre tiveram de procurar em romances e contos: especificamente, a vida subjetiva ou emocional dos personagens (Wolfe, 1963/2005, pp. 37-38, grifo do autor).

A subjetividade passa a ser o novo paradigma da escrita jornalística, o que gera controvérsias entre os profissionais que afirmam existir uma verdade objetiva. A construção textual do jornalista busca, então, “preencher os vazios informativos”, segundo Pereira Lima (2009, pp. 19-20), ampliando a compreensão do tempo e dos fenômenos que presencia. Ainda, para Martinez (2008), há uma intensificação da criatividade pessoal, de forma que também costuma recorrer a outras áreas da comunicação, notavelmente o cinema, com as edições de

construção cena-a-cena e montagem não linear da história. O romance jornalístico utiliza do conhecimento de várias outras esferas para o desenrolar de uma narrativa incomum dentro do cotidiano totalmente comum.

Estas são algumas facetas do jornalismo literário, incluindo outros subgêneros que surgiram adjacentes, por exemplo o romance-reportagem, a biografia, a crítica literária e a ficção-jornalística (Pena, 2006). Para este trabalho, emprega-se a conceituação proposta por Pena (2006): a de um movimento que forma um terceiro gênero a partir da junção entre jornalismo e literatura, excede às amarras das redações, propicia uma sensibilidade literária às páginas do jornal, permite uma verossimilhança da dicotomia verdade e invenção, e libera a mistura entre informação e entretenimento.

Algumas características parecem primordiais ao jornalismo literário e Pena (2006) utiliza o signo da estrela de sete pontas para estabelecer o “conjunto harmônico e retoricamente místico” do novo estilo narrativo jornalístico. São elas: “potencializar os recursos do jornalismo, ultrapassar os limites dos acontecimentos cotidianos, proporcionar visões amplas da realidade, exercer plenamente a cidadania, romper as correntes burocráticas do *lead*, evitar os definidores primários e, principalmente, garantir perenidade e profundidade aos relatos” (Pena, 2006, p. 13).

A seu modo, cada ponta da estrela possibilita um jornalismo com o mesmo rigor em relação à verdade e à ética, mas que ultrapassa os limites do cotidiano e dá vez a um trabalho performático, de forma que “no dia seguinte, o texto deve servir para algo mais do que simplesmente embrulhar o peixe na feira” (Pena, 2006, p. 13). Vários profissionais saíram e saem da linha das redações, contribuindo para a construção de narrativas de impacto, pela linguagem, aprofundamento dos fatos ou formato narrativo, entre eles os norte-americanos Truman Capote, Gay Talese, Tom Wolfe, e os brasileiros Joel Silveira, José Hamilton Ribeiro, Caco Barcelos, Eliane Brum. Para a

construção textual do jornalismo literário é necessário discorrer sobre a multiplicidade de relações da realidade, bem como articular todas as particularidades, complexidades e ambiguidades.

O fato é que a verdade é um mosaico. Fala por mil vozes. Tem mil faces. É interpretada, construída e reconstruída. Está inserida em uma teia de conexões e complexas estruturas. E até as simplificações, paradoxalmente, confirmam a complexidade. [...]. Qualquer reflexão crítica contemporânea precisa levar em conta essas considerações. Não há mais lugar para discursos totalizantes ou verdades absolutas. Nem para teorias messiânicas, que ignorem os conceitos de indeterminação, complementaridade e tolerância às ambiguidades. Não há mais lugar para a arrogância (Pena, 2006, p. 118).

A interpretação subjetiva da realidade ainda gera polêmica, por isso vários jornalistas defendem a ideia de uma verdade objetiva, formal e absoluta. No entanto, a humanização do jornalismo é necessária e envolve transcender o domínio técnico da profissão (Martinez, 2008).

Por mais que o mundo esteja em mutação, a realidade é que a comunicação social é feita por humanos e para seres humanos. Assim, seja nas *action stories* (reportagens) ou nas *quote stories* (entrevistas), as histórias e os depoimentos centram-se nas narrativas de seres humanos. Nada mais natural que a defesa da humanização da narrativa para atingir um público em potencial que a cada dia está mais perplexo diante de um novo mundo, globalizado e sistêmico (Martinez, 2008, p. 32).

Para as finalidades deste artigo, cabe ressaltar a última característica proposta por Pena

(2006), a questão da perenidade. Uma obra jornalística inspirada nos modelos literários não é reducionista ou efêmera, pois o objetivo de uma narrativa de não-ficção é justamente permanecer, ou seja, não cair no esquecimento logo que outra informação é noticiada. Assim, da mesma maneira que uma literatura pode permanecer por gerações, a construção de uma história noticiosa pode permear o imaginário individual e coletivo em diferentes condições históricas e temporais (Pena, 2006). Então, a busca por permanência é um dos princípios básicos de todo jornalista que se aventura a traçar o cotidiano de forma romanesca.

Essa necessidade de permanecer no imaginário reflete uma intenção importante, mesmo que inconsciente: “fugir da fugacidade da vida”. Pena (2006, pp. 15-16) vai dizer que o medo da morte é um dos principais motivos que levam o escritor a escrever, pois ele tem a necessidade de acreditar que alguém vai ler seus escritos, que outros tantos vão se inspirar e que a grande obra permanecerá além do tempo, “amenizando a angústia de sua efêmera existência sobre a terra”. Levando em consideração que Truman Capote ainda instiga a inventividade de jornalistas – e até não-jornalistas –, mesmo quase quatro décadas depois de sua morte, talvez a hipótese de Pena seja acertada.

5. Um diálogo possível: jornalismo literário e inconsciente coletivo

Na década de 1960, época na qual Jung abordava a arte, poesia e literatura, pela visão da Psicologia Analítica, na Europa e EUA, assunto que o psicólogo e pesquisador Leite (1964/2002) reuniu para mostrar possíveis formas de a literatura auxiliar no trabalho do psicólogo no Brasil, principiava também o movimento do *new journalism* nos Estados Unidos, que viria a mudar os rumos da literatura e do jornalismo. Esses são três grandes marcos temáticos que incitam um diálogo possível.

A princípio, cabe lembrar que o inconsciente coletivo compõe uma camada profunda, à qual se encontra conteúdos e condutas que são iguais em todos os lugares e em todos os indivíduos, “são idênticos em todos os seres humanos, constituindo, portanto, um substrato psíquico comum de natureza psíquica suprapessoal que existe em cada indivíduo” (Jung, 1976/2000, § 3). Os arquétipos, enquanto conteúdos desse inconsciente, são numerosas imagens primordiais que podem ficar muito tempo sem se manifestarem, nem em sonhos individuais ou em obras de arte. Conforme ressaltado anteriormente, é quando o coletivo precisa ser equilibrado que as imagens arquetípicas são provocadas e ativadas. Jung (1922/1991) ressaltava que um arquétipo não é, em si, um conteúdo bom ou mau, mas somente a partir da confrontação com o consciente que pode vir a ser uma coisa ou outra, ou uma dualidade de opostos.

A apreensão de um conteúdo arquetípico se dá de forma individual, e é justamente a necessidade de racionalizá-lo que reduz radicalmente sua amplitude e sabedoria. Desta forma, apesar de ser um conteúdo universal, ele assume diferentes matizes a partir do momento em que passa pela conscientização e percepção de algum indivíduo (Jung, 1976/2000). Não é necessário conhecimento prévio para assimilar um arquétipo, no entanto, cada pessoa vai compreender conforme o próprio nível de consciência.

Por isso, a criação e a recepção literárias sensibilizam em diferentes épocas e culturas. Elas são assimiladas por si sós, pois a condição humana e primordial dos arquétipos é, de alguma forma, compensatória àquele que escreve e lê. Contudo, os níveis de interpretação e compreensão podem ser totalmente diversos, de forma que a reflexão sobre a literatura podem ampliar a possibilidade de entendimento do texto, ou, como afirma Leite (1964/2002, p. 206), “até certo ponto, quanto mais ampla e profunda uma obra literária, maior a possibilidade de que essas interpretações, sejam do crítico literário sejam das disciplinas auxiliares, como a psicologia, a sociologia, a filosofia, a

história, se tornem quase indispensáveis para uma apreensão satisfatória de sua significação”.

Quanto maior a amplitude de perspectivas da história psicológico-arquetípica, mais possibilidades de compreensão, mas nunca haverá uma interpretação definitiva, ou seja, sempre podem surgir novas perspectivas, novas ampliações e novas adequações (Leite, 1964/2002). A necessidade de interpretação levou diversos estudiosos a buscarem explicações para alguns fenômenos literários. Haveria algum padrão sobre as obras de maior impacto sobre os leitores?

Joseph Campbell (1989/2007), por exemplo, indica que há uma estrutura narrativa básica sobre os mitos clássicos, a qual é utilizada em muitas histórias ficcionais antigas e modernas, de diferentes escritores, de forma consciente ou não. A teoria da “jornada do herói”, influenciada pela psicologia do inconsciente coletivo, apresenta a universalidade dos elementos estruturais das narrativas, bem como as simbologias mitológicas que ocorrem em culturas diversas e variadas épocas, ou seja, as manifestações espontâneas da psique que inspiram a criatividade nos artistas (Campbell, 1989/2007).

Logo depois, estudos posteriores, como os de Christopher Vogler (2006), evidenciam que essa estrutura mítica também pode ser identificada em sonhos e produções cinematográficas, por exemplo, pois:

O modelo da Jornada do Herói é universal, ocorrendo em todas as culturas, em todas as épocas. Suas variantes são infinitas, como os membros da própria espécie humana, mas sua forma básica permanece constante. A Jornada do Herói é um conjunto de elementos extremamente persistente, que jorra sem cessar das mais profundas camadas da mente humana. Seus detalhes são diferentes em cada cultura, mas são fundamentalmente sempre iguais (Vogler, 2006, p. 33).

O estudo de Vogler (2006) sobre a utilização da estrutura mítica no cinema foi uma revolução para a produção hollywoodiana, pois o aspecto universal da “jornada do herói”, em conjunto com as figuras arquetípicas, explica o fascínio que determinadas histórias exercem sobre o público. Os pensamentos paralelos e similares de Jung (1976/2000) e Campbell (1989/2007) influenciaram as maneiras de produzir e pensar a arte.

Ainda, conforme sugeriu Jung (1976/2000), os arquétipos refletem diferentes feições humanas e, de alguma forma, as diversas personalidades se dividem em alguns personagens que desempenham papéis diferentes nas narrativas cotidianas. Em seus estudos, ele apontou alguns arquétipos principais que exercem influência direta sobre a personalidade, entre eles: Grande Mãe, Grande Pai, herói, persona, *animus* e *anima*, sombra e *self*.

De maneira resumida, a Grande Mãe está relacionada ao materno e ao poder feminino de doação e nutrição; o Grande Pai diz respeito ao aspecto paterno e às características patriarcais e masculinas; o herói simboliza um ideal de conduta humana, pois trabalha de forma íntegra, enfrenta inimigos e dificuldades, e, ainda, possui um sólido senso de justiça; a persona é uma espécie de máscara, é uma ferramenta que interpõe entre o interno e o externo, ou a individualidade e a sociedade; *animus* e *anima* são os elementos opostos, sendo a *anima* uma projeção da psique masculina sobre a natureza feminina e o *animus*, a projeção da psique feminina sobre a natureza masculina; sombra é tudo o que o indivíduo esconde de si mesmo e das pessoas, o lado obscuro que ignora e/ou não é capaz de lidar; e *self* é o todo do indivíduo, é tudo o que faz parte da individualidade e que o diferencia do todo (Jung, 1976/2000).

Nos estudos cinematográficos, Vogler (2006) também recorre aos arquétipos para explicitar a construção de personagens memoráveis e que impactam o público, tendo em vista que

possuem características universais, conhecidas inconscientemente por toda a coletividade. É justamente por isso que até mesmo as histórias mais fantasiosas e irreais se tornam recordes de bilheteria; essas podem ser consideradas mapas da psique humana, de forma que se tornam “psicologicamente válidas e emocionalmente realistas”, ainda que retratem acontecimentos impossíveis. O protagonista é considerado o herói de determinada jornada e, na mesma história, ele pode manifestar qualidades de outros arquétipos. Vogler (2006) pensa nos arquétipos enquanto máscaras, que são usadas temporariamente à medida que se tornam necessárias para o desenrolar do enredo. Os principais arquétipos listados por Vogler são: o herói, o mentor (velha ou velho sábio), o guardião de limiar, o arauto (pessoa ou situação que lança o desafio ao herói e desencadeia a ação da história), o camaleão, a sombra e o pícaro. Ele também destaca dois fatores essenciais para a identificação da natureza do arquétipo: encontrar a função psicológica ou parte da personalidade que representa e qual a função dramática que exerce (Vogler, 2006, p. 33).

De forma geral, toda história arquetípica é reflexo da condição humana universal de nascer, crescer, aprender, desenvolver enquanto indivíduo e morrer (Vogler, 2006). As histórias são como metáforas da situação humana, e, talvez, seja neste ponto que o jornalismo se enquadre perfeitamente. A narrativa jornalística nada mais é do que o retrato da situação humana, em que quase toda personagem de uma notícia pode ser enquadrado como herói ou sombra. Agora, pode-se perguntar: por que algumas notícias comovem mais do que as outras? Sem dúvida, a forma de narrar determinada história contribui para o impacto do que é transmitido.

Martinez (2008) estudou a atuação da “jornada do herói” e identificou alguns conceitos da Psicologia Analítica no contexto jornalístico. Apesar de recorrer a outros estudos contemporâneos, como o método da Biografia Humana, a autora traz informações importantes que valem ser pontuadas para a intenção desta pesquisa, por exemplo os conceitos de inconsciente coletivo e

arquétipo no contexto jornalístico, bem como o uso da teoria junguiana enquanto ferramenta contemporânea para um jornalismo mais humanizado.

Os conceitos da psicologia de Jung podem ser utilizados para que o jornalista produza uma narrativa mais sensível e completa do indivíduo que está apresentando, “bem como um passeio subjetivo pelas emoções, sentimentos, sonhos e, por que não, pela espiritualidade das pessoas”. Trata-se de, então, captar o entrevistado como um todo, ou seja, “as motivações, os desejos e os temores de um ser humano imerso num mundo complexo e repleto de inter-relações com outros seres humanos e com seu meio ambiente” (Martinez, 2008, pp. 21-22).

Então, a construção jornalística se dá no entorno do herói, ou o entrevistado protagonista, evidenciando que “toda pessoa tem uma história de vida que merece ser aprofundada, seja por suas ações, relevância ou grandeza” (Martinez, 2008, p. 42).

Podemos concluir que uma história de vida bem mapeada permite não só ampliar a visão de mundo do entrevistado, mas que esta ação, à semelhança dos círculos concêntricos que se expandem a partir de uma pedra jogada na água, permite aumentar a consciência num nível histórico, familiar, comunitário e até planetário (Martinez, 2008, p. 43).

No jornalismo literário tem-se uma modalidade que permite a reportagem em profundidade, principalmente subjetiva. É a imersão do jornalista nos detalhes e simbologias do entrevistado que permite essa expansão, bem como o estilo narrativo, a precisão de informações, a sensibilidade e humanização. A partir do momento em que o jornalista começa a atuar no nível simbólico dos arquétipos, consegue ressignificar a experiência do leitor (Martinez, 2008). E, também ressignifica a notícia e quem a noticia. Em consequência desta ressignificação, talvez, seja

possível começar a entrar no domínio da psique humana, pois a escrita aprofundada e humanizada das histórias pode alcançar o profundamente humano, o que é inerente em todos os tempos e lugares, de forma que provoca e perdura no ideal coletivo.

Quando os escritores afirmam que a ficção é a melhor maneira de retratar a suposta realidade não estão legislando em causa própria. Como diz o ditado, a vida imita a arte. As representações ficcionais da realidade permanecem no imaginário por muito mais tempo do que as narrativas baseadas em compromissos com a verdade factual, como é o caso do Jornalismo (Martinez, 2008, p. 117).

Assim, a compreensão da força dos arquétipos pode atuar como “um dos elementos mais poderosos no baú de truques de um moderno contador de histórias” (Vogler, 2006, p. 48), pois é um recurso universal, que exerce influência sobre as mais variadas culturas e nos mais diversos tempos. Apesar de dizer isso em referência ao contexto cinematográfico, a ideia se aplica às produções jornalísticas desenvolvidas em profundidade. Afinal, não é esse o anseio da perenidade no jornalismo literário? Desta forma, as narrativas de não-ficção podem ter mais influência, por serem conscientemente pensadas e escritas para impactar, estabelecer vínculo entre as personagens e o público, permear o mais profundo do coletivo, exercer influência, permanecer no imaginário coletivo e, até mesmo, adentrar a psique humana.

6. Imaginação e realidade: algumas considerações gerais

Talvez a concepção do “ato criador” seja um dos tópicos de maior relevância sobre todos os pontos discutidos no decorrer desse estudo. Isto porque é o aspecto que melhor explica os processos de uma obra literária de projeção universal. Por isso, coube reunir tanto a narrativa

ficcional quanto a não ficcional, ou seja, a literatura e o jornalismo.

Para isso, entendeu-se que a perspectiva junguiana da literatura visionária, que evidencia a influência dos arquétipos e a permanência no imaginário coletivo, ainda existe sob diferentes roupagens. Sendo assim, a criação literária vai além de atividade consciente e individual, seja para quem escreve ou para quem lê. É interessante pensar a forma como isso também se aplica ao jornalismo, em especial o literário, que tem uma necessidade intrínseca de permanência, tal qual a literatura.

A explicação pelos arquétipos é uma via plausível para tentar compreender o êxito que determinadas histórias exercem sobre as pessoas; a maneira como atuam na literatura, especialmente, não deixa de ser uma teoria aceitável para justificar o entusiasmo ou a rejeição do público sobre determinadas obras e personagens. Mas, como destaca Leite (1964/2002), é preciso cuidado para não falsear os sentidos de determinadas obras, tentando aplicar a ideia arquetípica e visionária a obras e autores que se encontram no nível da literatura psicológica. Ao fazer isso, incorre-se ao erro de dificultar o entendimento da obra, apenas para satisfazer uma necessidade de tornar a obra significativa. A isso, cabe refletir sobre o jornalismo também, tendo em vista que nem toda obra de caráter literário aplica a ideia do arquétipo.

É válido destacar que a interpretação de uma obra literária é apenas uma maneira de refletir sobre os pontos de maior valor, sabendo que isso sempre reduz a obra. Então, a teoria psicológica junguiana, apesar de mais englobante, é apenas uma, entre várias outras teorias, na tentativa de compreender uma parte do fascínio que determinadas narrativas têm sobre os leitores, e, no caso desse estudo, tentar articular com outra área distinta que é o jornalismo. E, por tudo o que foi discorrido, é possível inferir que há grandes chances de o jornalismo literário assumir também interferência dos arquétipos, mesmo sendo mais realístico que outras narrativas literárias

tradicionais, sendo, por este motivo, passível de permanecer no imaginário coletivo e ser objeto de interpretação psicológica.

O jornalismo literário contribui para o resgate do humano e sua psique, pois existe nele um aprofundamento das histórias rotineiras, incluindo detalhes romanescos do cotidiano. Entendeu-se que trazer isso em uma reportagem é também possibilitar que os arquétipos encobertos no habitual venham à tona. Ademais, a narrativa jornalística literária tem uma forma mais próxima da condição psicológica, porque, ao retratar a situação humana real – situação fundada em experiências que são simbólicas e subjetivas –, em um retorno ao essencialmente humano, tem-se uma maior apreensão da vida coletiva e dos aspectos necessários ao equilíbrio social. Assim, ao ampliar o fato narrado, a realidade se torna mais intensa, humana e, conseqüentemente, psíquica.

ESTUDO II
JORNALISMO LITERÁRIO-PSICOLÓGICO:
ANÁLISE ARQUETÍPICA DA NARRATIVA *A FLORESTA DAS PARTEIRAS*
DE ELIANE BRUM

Resumo

A literatura, de forma geral, é considerada objeto de estudo para a Psicologia Analítica de Carl G. Jung (1875-1961), especialmente quando se torna expressão da condição humana coletiva, sendo, então, denominada narrativa visionária. A proposta de humanizar e romancear a vida real, bem como a busca por permanência no imaginário coletivo, coloca o jornalismo literário equivalente às grandes obras literárias de ficção, no entanto sempre pautado em histórias verídicas. Diante disso, esta pesquisa é a segunda parte do estudo cujo intuito foi correlacionar literatura, psicologia e jornalismo. No Estudo I foi realizado um aprofundamento teórico conectando literatura/psicologia, literatura/jornalismo e jornalismo/psicologia, o que sugeriu a hipótese de que algumas histórias do jornalismo literário podem ser consideradas arquetípicas. Então, o objetivo central deste Estudo II foi verificar a possibilidade de uma análise psicológica arquetípica da narrativa jornalística. A partir do método psicológico-hermenêutico da analista junguiana Marie-Louise von Franz (1981), foi feita uma interpretação da reportagem *A floresta das parteiras*, da jornalista Eliane Brum, importante nome no jornalismo literário brasileiro. A narrativa apresentou, de maneira mais evidente, oito arquétipos, entre eles o materno, a sábia e a mulher selvagem, que foram os mais explorados na interpretação. A partir das imagens arquetípicas encontradas, foi feita uma articulação com a brasilidade indígena, considerada por Gambini (1997) a alma ancestral do Brasil.

Palavras-chave: Jornalismo Literário; Eliane Brum; Psicologia Analítica; Carl G. Jung; arquétipos de brasilidade.

Abstract

Literature, in general, is considered an object of study for the Analytical Psychology of Carl G. Jung (1875-1961), especially when it becomes an expression of the collective human condition, being, then, called visionary narrative. The proposal to humanize and romanticize real life, as well as the search for permanence in the collective imagination, places literary journalism equivalent to the great literary works of fiction, but always based on real stories. Therefore, this research is the second part of the study whose purpose was to correlate literature, psychology, and journalism. In Study I, a theoretical study was done connecting literature/psychology, literature/journalism, and journalism/psychology, which suggested the hypothesis that some stories in literary journalism can be considered archetypal. Then, the central objective of this Study II was to verify the possibility of an archetypal psychological analysis of the journalistic narrative. Using the hermeneutic-psychological method of Jungian analyst Marie-Louise von Franz (1981), an interpretation was made of the story *The forest of midwives*, by Eliane Brum, an important name

in Brazilian literary journalism. The narrative presented, in a more evident way, eight archetypes, among them the mother, the wise woman and the wild woman, which were the most explored in the interpretation. From the archetypal images found, an articulation was made with the indigenous Brazilianness, considered by Gambini (1997) the ancestral soul of Brazil.

Keywords: Literary Journalism; Eliane Brum; Analytical Psychology; Carl G. Jung; archetypes of Brazilianness.

Introdução

Quantos ângulos e detalhes uma história contada pode abranger? Para as fábulas, romances, novelas e contos, por exemplo, a imaginação determina infindáveis caminhos. E quanto às histórias reais, aparentemente habituais? Na ótica do jornalismo literário, toda e qualquer história cotidiana pode se tornar o fio da meada condutor de uma verdadeira obra de arte romanesca, no entanto, pautada na mais absoluta realidade. O que, de fato, instigou a gênese do jornalismo literário foi a ambição de ultrapassar as regras objetivas e científicas para oferecer um jornalismo subjetivo, profundo, humano e inspirador, digno de ser chamado obra de arte.

A literatura da realidade, conforme o entendimento de Pereira Lima (2009), amplia o alcance da história narrada, penetrando caminhos que, normalmente, são inexplorados pelo jornalismo diário e factual. Essa maior amplitude se refere tanto à diligência com a escolha do tema da narrativa quanto à horizontalização do relato, ou seja, o aprofundamento de diferentes perspectivas. Nesse sentido, o jornalista precisa estar absorto no ambiente e nas personagens envolvidas no fato, pois é necessário um olhar atento aos gestos, objetos, diálogos e pausas, olhares e feições, hábitos e manias, sons externos, detalhes do ambiente e tantas outras minúcias e pormenores. Especialmente, é preciso sensibilidade para o simbólico que compõe a cena, de forma a transliterar os aspectos emocionais e subjetivos da situação apresentada. Ainda, para Martinez (2008), trata-se da humanização do texto jornalístico, a partir da transcendência do domínio técnico.

No entanto, o modo como a história é contada também está diretamente ligado à interpretação de quem a escreve, sendo o fato narrado humanizado a partir da humanidade do jornalista. Mas, estaria o jornalista-escritor totalmente consciente desta interpretação ou também seria permeada por aspectos desconhecidos, de natureza mais profunda e coletiva?

A obra literária, de forma geral, pode começar a ser escrita de forma consciente e com um intuito pré-determinado, mas é possível que, em alguns momentos, essa escrita seja invadida por uma vivência originária, de forma que o escritor é tomado por um tipo de sensação, intuição ou conduta que o apodera e passa a conduzir o que é escrito. Isso é o que o psiquiatra e psicólogo Carl G. Jung (1922/1991) denominou de narrativa visionária, que envolve processos de atividade criadora e a estrutura psicológica na produção artística. Essa perspectiva psicológica de Jung aponta para o impulso criativo coletivo, no qual o escritor é subordinado aos propósitos inconscientes, denominados de arquetípicos, que contêm as imagens psíquicas primordiais, herdadas e comuns a todos os seres humanos.

As histórias de não-ficção, especificamente, não são previamente estabelecidas e, ao contrário das reportagens cotidianas que costumam ser norteadas por padrões de formalidade e objetividade, a escrita literária jornalística é guiada pelos meandros e detalhes quase imperceptíveis da história, essencialmente a vida subjetiva e emocional das personagens (Wolfe, 1963/2005), o que pode vir a ser um facilitador para as invasões criativas do inconsciente coletivo. Por mais que o escritor-jornalista esteja consciente do que escreve, talvez seja encaminhado, intuitivamente, a enfatizar expressões e símbolos que, em outros meios, seriam considerados irrelevantes. Assim, a interpretação da história experienciada e narrada ganharia contornos coletivos, suscitando maior conexão com quem a recebe e, conseqüentemente, permanência. Aliás, a busca por permanência é uma das grandes aspirações do jornalista que se atreve a romancear o

cotidiano. Contudo, a obra de arte só perdura no decorrer do tempo quando se torna expressão da condição humana coletiva, das “ideias mais ricas e significativas da humanidade” (Leite, 1964/2002, p. 50). Justamente por esse motivo, as narrativas visionárias, ou histórias arquetípicas pela conceituação de von Franz (1981), tocam o mais profundo de quem as leem e permanecem ao longo das gerações.

Os processos psíquicos que norteiam as narrativas visionárias, como observa Jung (1922/1991), precisam passar pelo crivo da interpretação, ainda que esta seja múltipla e limitada, para que sejam identificados os aspectos universais, precisamente os ângulos que lhes conferem humanidade. E, quanto mais especificidade e profundidade nas histórias, mais perspectivas e possibilidades de compreensão, portanto, não existe interpretação definitiva, podendo sempre surgir novas aplicações e adequações (Leite, 1964/2002).

Considera-se a hipótese de que algumas histórias do jornalismo literário podem ser enquadradas como histórias arquetípicas, ou seja, narrativas construídas a partir da irrupção de conteúdos psicológico-arquetípicos (von Franz, 1981). Para uma melhor compreensão do conteúdo psicológico, não só universal, mas também pessoal destas histórias presentes no jornalismo literário, deve-se fazer uma análise psicológica, a partir de uma metodologia adequada. A analista junguiana Marie-Louise von Franz (1915-1998), ao estudar a psicologia dos contos de fadas, desenvolveu uma metodologia, a qual se desdobra na estruturação do material, comparação com outras histórias e interpretação psicológica. Mesmo que, como destaca a analista, a interpretação arquetípica de uma história também seja outra forma de contar a história, é imprescindível para aprofundar e trazer objetividade aos temas coletivos universais (von Franz, 1981).

Desse modo, tem-se como o objetivo central deste estudo investigar possíveis conteúdos psicológico-arquetípicos na reportagem *A floresta das parteiras* (Anexo 1), de Eliane Brum, uma

das principais jornalistas literárias a nível nacional e em vários países da Europa, a partir do método psicológico-hermenêutico de von Franz (1981). Os tópicos a seguir apresentam o detalhamento da metodologia; uma breve biografia da jornalista e descrição da obra *O olho da rua*; a interpretação da reportagem, que foi separada em subtópicos de análise, conforme os temas arquetípicos de maior relevância encontrados na narrativa; e, por fim, as considerações gerais que integram as percepções obtidas.

1. A análise psicológico-hermenêutica de Marie-Louise von Franz: dos contos ao jornalismo literário

Uma mesma história pode ter interpretações variadas a depender de quem a escreve, lê ou escuta, devido, por exemplo, ao tempo vivido, ao contexto ambiental, o nível sócio-cultural, o grau de interesse pela história, a qualidade de tempo para a escrita/leitura/escuta, a formação intelectual e outros. Por mais que seja uma análise limitada, a interpretação é uma forma válida de compreender as histórias que são repassadas entre as gerações, bem como fazer comparações e associações com várias outras histórias contadas em diferentes lugares por diferentes comunidades.

Assim, elevar a interpretação à perspectiva psicológica, por exemplo, pode viabilizar o acesso a características notórias acerca da compreensão do comportamento humano. No início do século XX, Jung (1976/2000) encontrou nos mitos, lendas, sonhos e contos de fadas fragmentos de material cultural que contém o arranjo primordial da psique humana, ou seja, dos arquétipos do inconsciente coletivo. Desse modo, as personagens passaram a contar mais sobre a sociedade do que sobre si mesmas, porque, como afirmou Jung (1976/2000, § 100), nos “mitos e contos de fada, como no sonho, a alma fala de si mesma e os arquétipos se revelam em sua combinação natural,

como ‘formação, transformação, eterna recriação do sentido eterno’”. Na conceituação de von Franz (1981), os enredos destas histórias fantasiosas conseguem expressar, de maneira simples e pura, a psique coletiva que atua inconscientemente, através da plena representação dos arquétipos.

Os arquétipos são os conteúdos inconscientes herdados ao longo de todas as gerações, assim, trata-se de uma essência psíquica comum a todos os seres humanos, que existe apenas como uma possibilidade ou ideias *a priori* presentes desde os tempos remotos. É somente a partir da vivência que o arquétipo é ativado como forma de dar sentido às experiências, passando, então, a se revelar de maneira manifesta. É assim que o conteúdo, de caráter fundante e universal, surge à consciência e ganha materialidade empírica, assumindo características que variam de acordo com o sujeito, a sociedade e o tempo no qual se manifesta (Jung, 1922/1991). Por isso, existe uma influência sócio-cultural sobre a exteriorização do arquétipo, que deve ser levada em consideração ao analisar um mito, conto ou história de determinado povo ou sociedade.

Conforme von Franz (1981), é preciso um olhar consciente para as narrativas arquetípicas, de forma que sua interpretação traga o mínimo de objetividade necessário para captar uma ou várias partes do todo. Quando um aspecto ou tema dos contos é selecionado para a análise, por exemplo, “é como se colocasse uma lanterna acesa, e tudo depende de onde se coloca o feixe de luz em primeiro lugar, de alguma forma, sempre se obtém todo o inconsciente coletivo” (von Franz, 1981, p. 27). Para que essa interpretação aconteça, bem como em qualquer outra história arquetípica, é preciso acompanhar algumas regras expostas no método que a autora desenvolveu e aplicou em diversos estudos.

O método psicológico-hermenêutico de von Franz (1981) é dividido em cinco etapas principais, a começar por determinar o tempo, lugar e personagens da narrativa. Em seguida, é preciso expor o problema principal, bem como a natureza psicológica que o compreende; e

descrever o enredo, altos e baixos, clímax e conclusão da história. A partir da descrição estrutural da história, sucede a comparação com outras histórias, bem como a assimilação da presença de arquétipos e simbolismos. Neste passo, von Franz (1981, pp. 54-55) explica que se faz necessário confrontar com materiais análogos, a fim de conhecer o que ela denomina “anatomia comparativa”. Somente após observar essa estrutura do material e fazer as associações possíveis, entra-se na interpretação psicológica propriamente dita, ou seja, na tradução da história arquetípica em linguagem psicológica.

Essa metodologia é apropriada para sonhos, contos de fadas e histórias arquetípicas em geral. Mesmo a obra do jornalismo literário não sendo considerada, necessariamente, história arquetípica, por se tratar de narrativas, de início, técnicas, as mesmas podem ser elevadas em alguns casos como obra de arte, assim, alguns elementos podem e devem ser levados em consideração. Isso porque, como visto anteriormente, estão presentes nessas histórias o apoderamento da intuição sobre o escritor e algumas das manifestações simbólicas de caráter coletivo. Em síntese, aquele que escreve é tomado por uma grande intuição e torna-se mediador para a expressão e materialização dos símbolos, assim a obra ultrapassa a individualidade, pois exprime uma condição coletiva, tal como observou Jung (1922/1991).

A narrativa de Eliane Brum e, especificamente a reportagem escolhida para a análise, conta com variados elementos simbólicos (Ciecelski & Soster, 2017), inclusive, a opção por assuntos e dados que não estão na pauta cotidiana revelam aspectos que sobressaltam o ser coletivo o qual todo ser humano faz parte. Pode-se presumir que, talvez, a escolha da trama seja um impulso inconsciente do anseio coletivo pelo simbolismo da vida real, em enredos que não se encontram rotineiramente nas páginas dos jornais.

2. “O olho da rua”: a narrativa literária de Eliane Brum

Jornalista, escritora e documentarista, Eliane Brum é conhecida, dentre vários aspectos, pela abordagem jornalística que extrapola técnicas e reflete a literatura escondida na realidade. Nascida em 1966 em Ijuí, no Rio Grande do Sul, a jornalista possui até o presente momento sete livros publicados no Brasil, sendo seis de não-ficção⁵, um romance⁶, além de traduções para o inglês, italiano e polonês, e participação em coletânea de crônicas, contos e ensaios. Logo na apresentação da obra escolhida para o estudo, *O olho da rua: uma repórter em busca da literatura da vida real*, a autora romanceia a maneira como vive o jornalismo:

Todo o meu olhar sobre o mundo é mediado por um amor desmedido pelo infinito absurdo da realidade. E pela capacidade de cada pessoa reinventar a si mesma, dar sentido ao que não tem nenhum [...]. Meu ofício é encontrar o que torna a vida possível, a delicadeza nas horas brutas (Brum, 2017, p. 13).

Ao longo de 11 anos, dedicou-se como repórter no jornal Zero Hora, de Porto Alegre e outra década inteira na Revista Época, em São Paulo. E, desde 2010, atua como *freelancer* em trabalhos jornalísticos e projetos com populações da Amazônia e das periferias de São Paulo. Também mantém colunas quinzenais no El País Brasil e El País América. Quase 35 anos de entrega ao trabalho jornalístico lhe renderam renome nacional e internacional com mais de 40 premiações.

⁵ *Coluna Prestes: o avesso da lenda* (Artes e Ofícios, 1994); *A Vida Que Ninguém Vê* (Arquipélago, 2006); *O Olho da Rua: uma repórter em busca da literatura da vida real* (Globo, 2008/ Arquipélago, 2017); *A Menina Quebrada* (Arquipélago, 2013); *Meus desacontecimentos: a história da minha vida com as palavras* (Arquipélago, 2014/2017); *Brasil, construtor de ruínas* (Arquipélago, 2019).

⁶ *Uma Duas* (LeYa, 2011).

Além da ousadia com as palavras escritas, Eliane Brum também coproduziu quatro documentários⁷. Seja com as narrativas escritas ou audiovisuais, a jornalista retrata situações cotidianas diversas, desvenda aflições coletivas, apresenta pessoas, comunidades e regiões que, normalmente, não estão na pauta cotidiana dos grandes veículos de comunicação, além de uma das particularidades que a tornam incomparável que é emergir a literatura humanizada do cotidiano dos “invisíveis”, ou, nos conceitos junguianos, a sombra da sociedade.

Para o intuito desta pesquisa, escolheu-se a obra *O olho da rua: uma repórter em busca da literatura da vida real*, na edição revisada de 2017, publicada pela editora Arquipélago. Nesse livro, a jornalista reúne dez reportagens publicadas individualmente na revista *Época*⁸, entre 2000 e 2008, mostrando, de maneira harmônica, aprofundada e com requintes literários, várias faces, regiões brasileiras e dicotomias, começando com a vida e terminando com a morte. Ao final de cada reportagem, a repórter, ainda, conta os bastidores do fazer jornalístico, revelando a história dentro da história, desde a apuração e descobertas, até a problematização dos próprios erros no trato com as personagens e a narrativa. Trata-se de um “livro para ser lido por qualquer pessoa que goste de histórias tão reais que parecem inventadas” (Brum, 2017, p. 14).

Nesse livro, a reportagem inicial, *A floresta das parteiras*, traz os relatos das parteiras no Amapá, e a reportagem final *Vida até o fim* encerra com os suspiros de doentes em estágio terminal. As outras narrativas são, respectivamente, *A guerra do começo do mundo*, que mostra a disputa por terras no Estado de Roraima; *A casa de velhos*, narra a vida em um asilo; *O homem-estatística*, aborda um homem à procura de emprego; *O povo do meio*, conta a luta pela sobrevivência às

⁷ *Uma história Severina* (2005); *Gretchen Filme Estrada* (2011); *Laerte-se* (2017); *Eu+1: Uma jornada de saúde mental na Amazônia* (2017).

⁸ No período de publicação das reportagens, a revista *Época* tinha uma tiragem impressa semanal. Em maio de 2021, a revista foi integrada ao jornal *O Globo*, com conteúdos veiculados na internet e nas páginas do jornal. As reportagens de Eliane Brum podem ser encontradas nos arquivos da revista, no site: <https://epoca.oglobo.globo.com/colunas-e-blogs/eliane-brum/index.html>.

margens de um rio na Amazônia; *Expectativa de vida: 20 anos*, retrata a morte advinda do tráfico; *No Brasil do Zé Capeta*, revela o garimpo em região da Amazônia; *Um país chamado Brasilândia*, descortina uma favela na zona norte de São Paulo; e *O inimigo sou eu*, em que a repórter passa pela experiência de um retiro de meditação. Cada reportagem “abrange por ofício a captação do tom e do ritmo das palavras e do silêncio. É o seu jeito de aproveitar ao máximo o privilégio dos repórteres: o de ver primeiro, o de entrar nas casas, o de ouvir narrativas de vida, do parto à vivência da morte, para depois transmitir aos outros”, descreve o jornalista Caco Barcelos, para o prefácio do livro (Brum, 2017, pp. 10-11).

A sensibilidade, singularidade e representatividade do olhar de Brum foram cruciais para a escolha da obra a ser estudada. Além disso, as histórias contadas são nutridas por variados símbolos regionalizados, que podem ser investigados pela perspectiva da Psicologia Analítica. Assim, para a viabilidade e execução da pesquisa, optou-se pela análise da reportagem *A floresta das parteiras*, que apresenta de forma iminente certos arquétipos em um contexto atual e brasileiro. A narrativa escolhida também enfatiza a manifestação psicológica de outros símbolos que expressam a condição cultural coletiva da espiritualidade feminina, tópico que será discorrido com maior profundidade na análise.

3. As parteiras da mata: arquétipos e simbolismos do inconsciente brasileiro

“Elas nasceram do ventre úmido da Amazônia, do norte extremo do Brasil, do estado ainda desgarrado do noticiário chamado Amapá” (Brum, 2017, p. 19). É assim que começa a narrativa *A floresta das parteiras*, escrita por Eliane Brum em março de 2000 e reeditada em 2017. A reportagem descreve o cotidiano e os costumes das parteiras “que guardaram a tradição graças ao isolamento geográfico de seu berço” (Brum, 2017, p. 19), incluindo a mais velha parteira do

Amapá, a índia Maria dos Santos Maciel, ou somente Dorica, como é conhecida nas aldeias do local. Também aborda os rituais e encantamentos próprios de cada uma para consumir o milagre do nascimento; narra com requintes literários as alegrias, angústias, acasos, encontros, medos e mistérios que todas carregam desde o momento que foram escolhidas para a arte de partejar; e tece críticas política, econômica e social.

A história jornalística é centrada, sobretudo, em quatro personagens principais, a índia Karipuna Dorica, a cabocla Jovelina Costa dos Santos, a quilombola Rossilda Joaquina da Silva e a madona Tereza Bordalo, “unidas, todas elas, pela trama de nascimentos documentados pelas marcas na palma das mãos” (Brum, 2017, p. 20). Ao final, ainda aparecem outras seis parteiras coadjuvantes, representando as mais de 700 mulheres da região do extremo norte amazônico, no Amapá, que, até a época da reportagem, realizavam partos nos moldes tradicionais, ou seja, gestante e parteira em casa aguardando o tempo natural de a criança vir ao mundo.

Seguindo a descrição estrutural de von Franz (1981), o enredo é marcado pelo “dom” espiritual por trás de cada parteira e, assim, a jornalista utiliza diversas citações diretas das personagens, com o intuito de validar e humanizar as próprias percepções. Ela também recorre a detalhes cotidianos, aparentemente sem importância, mas que garantem grandeza e amplitude à narrativa, o que inclui desde os pormenores externos até os mais singelos semblantes, gestos e palavras silenciosas. O clímax da história é registrado como uma crítica aguçada ao esquecimento da população indígena por parte da nação “desenvolvida” do país, à negligência quanto às habilidades antepassadas, ao modelo político-cultural acelerado que não respeita o tempo natural das circunstâncias da vida e, também, à repressão da sabedoria feminina ancestral. E, ao final da história, jornalista e leitores descobrem que parto é realmente segredo de mulher, uma conversa de comadres que foi esquecida pela sociedade, mas que ainda assim perdura, pois sempre haverá

uma delas para atender ao chamado da vida.

Por conseguinte, foi feita a identificação simbólica presente na narrativa, sendo possível relacionar, de maneira mais evidente, os seguintes arquétipos: sombra, materno, sábia, bruxa (sacerdotisa/feiticeira) e mulher selvagem (*anima*). No intuito de facilitar a visualização dos arquétipos correlacionados à simbologia da história para, a partir disso, aprofundar a análise psicológica e relacionar com o inconsciente cultural brasileiro, construiu-se o Quadro 1, de maneira similar à tabela elaborada por Ciecelski e Soster (2017), que apresenta fragmentos da narrativa e seus possíveis arquétipos correspondentes.

Quadro 1 – Arquétipos associados à narrativa *A floresta das Parteiras*, de Eliane Brum (2017).

Fragmentos da narrativa (Brum, 2017)	Arquétipo
“O país não as escuta porque perdeu o ouvido para os sons do conhecimento antigo, a toada de sua cantigas” (p. 19).	Sombra
“Muitas desconhecem as letras do alfabeto, mas leem a mata, a água e o céu. [...]. Sabedoria que não se aprende, não se ensina, nem mesmo se explica. Acontece, apenas” (p. 19).	Sábia Mulher selvagem
““A mãe terra tem tudo, como tudo se encontra no corpo da mulher. Força, coragem, vida e prazer”” (Citação direta da personagem Alexandrina, p. 20).	Mulher selvagem
“Dorica nada arranca, apenas espera. Puxa a barriga da mãe, endireitando a criança. Lambuza o ventre com óleo de anta, arrua ou mucura para apressar as dores, recita rezas e encantamentos para consumir o mistério” (p. 21).	Sábia Bruxa
“É sabedoria aspirar o nariz do bebê com a boca até ouvir o choro” (p. 21).	Sábia
“A mulher só vai abrir a porta da casa depois de 40 dias. Assim como a criança. Antes de respirar o ar da floresta, é benzida com água e sal para o espanto dos espíritos maus” (p. 21).	Sábia Bruxa
“Dos mais de dois mil partos, Dorica só perdeu três. Não passa um dia sem lamentar: ‘É uma criança que faltou na comunidade’” (p. 21).	Mãe
“Mesmo invocando um deus cristão, masculino, o espírito-santo ou os orixás, anunciam-se guardiãs de um mistério, a elas transmitido pelas mães e avós, numa corrente que se perde nos séculos” (p. 24)	Sábia Mulher selvagem
“Nessa espiritualidade sem nome, contam que a grande deidade é feminina, mulher. Aquela, dizem, que governa o começo-meio-fim, o nascimento-vida-morte, o presente-passado-futuro” (p. 24).	Grande Mãe Deusa
“[...] o parto é resistência e subversão, é a prova de que cada mulher tem um	Mulher selvagem

pouco da deusa” (p. 24).	Deusa
“Filho é riqueza, minha irmã, coisa linda de se ver” (Citação direta da personagem Jovelina, p. 24).	Mãe
“Basta recitar a oração e o menino escorrega floresta abaixo, pousando bem nas mãos da parteira” (p. 25).	Sábia Bruxa
“O que essa mulherada sofre na maternidade é um golpe, minha irmã. [...]. Aqui, se o menino se acomodou de mau jeito, a gente vai e dobra. Boto a mão e vou puxando, puxando, até ele se ajeitar, botar a cabeça no lugar. Aí não precisa cortar. Médico, coitado, não sabe dobrar menino” (p. 27).	Sábia
“Parto é mistério de mulher. Feito por mulheres, entre mulheres. Assunto delas” (p. 27).	Sábia Mulher selvagem
“Como o seu chão, Rossilda é uma mulher encharcada de encantamentos. Para todo parto, vai acompanhada de outra parteira, Angelina. Em espírito invocado, porque Angelina desercarnou há muito. O segredo desta dupla de vivente e não vivente, Rossilda não conta. ‘Senão, perde a valoridade’” (p. 28).	Bruxa Mulher selvagem
“Enquanto ela traça uma cruz invisível na vagina da mulher, há um dente de jacaré balançando perigosamente entre seus seios de madona profana” (p. 29).	Sábia Bruxa
“Depois, Tereza reza e executa um segredo que não conta para cristão algum. Segredo que despontou no meio da noite, na forma de uma mulher vestindo longa cauda da cor do céu. [...]. Só então o espírito revelou a que vinha e sumiu de vez. Antes, ameaçou: ‘Não revele meu segredo a ninguém ou eu acabo com a sua força...’. Desde então, Tereza nunca mais passou aperto entre coxas de mulher” (pp. 29-30).	Sábia Bruxa Mística
“Balançando o inseparável guarda-chuva do inverno amazônico, ela convoca as parteiras da floresta para o ritual de agradecimento” (p. 30).	Bruxa
“As mãos da vida se agarram, os pés do caminho se unem em círculo no útero da floresta. As parteiras agradecem à divindade ao amanhecer” (p. 32).	Sábia Mulher selvagem
“As parteiras erguem as velas pedindo iluminação no ofício. Invocam a terra, o rio e a floresta. É uma conversa de comadres, uma prosa ao pé do ouvido” (p. 32).	Sábia Mulher selvagem Mãe/Madrinha
“A imagem fala a uma sociedade surda, esquecida do cordão umbilical com algo maior que o mundo forjado dentro do mundo” (p. 32).	Sombra
“A voz de Dorica, a mais velha parteira da floresta, ecoa em cada mulher quando sentencia: ‘É o tempo que faz o homem, e não o homem que faz o tempo. Parto é mistério. E menino, a gente nunca arranca. Só recebe’” (p. 32).	Sábia

3.1. Sábia e selvagem: os arquétipos reprimidos da alma feminina

De maneira recorrente, os contos de fadas iniciam com “Era uma vez...”, às vezes seguido de “Em um reino muito distante...”, como destaca von Franz (1981). Apesar de a história de Brum

não ser um conto, mas sim uma narrativa baseada em fatos reais, sua história também parece se passar em um lugar tão distante que foi ignorado dos registros noticiosos, ficando à deriva da própria nação a que pertence. É como uma ovelha desgarrada, cujo balido está tão silenciado que não a reconhecem como sendo do mesmo rebanho, ou, nas palavras de Brum (2017, p. 19), “o país [...] perdeu o ouvido para os sons do conhecimento antigo, a toada de suas cantigas”. Assim, a autora dá início à narrativa pontuando uma grande sombra da coletividade brasileira: as comunidades indígenas e o silenciamento do saber ancestral.

Mesmo apresentando um lugar e tempo definido, ou seja, o Amapá do Brasil no ano de 2000, é nítido como a narrativa extrapola esses limites, remetendo o leitor a um lugar distante e em um tempo esquecido, ao reportar o movimento da vida desde os primórdios humanitário, expresso no ritual de todas as mãos femininas “esculpidas por sangue de mulher e água de criança” (Brum, 2017, p. 19). A história é uma expressão simbólico-literária de processos psicológicos de fazer emergir do inconsciente à consciência coletiva as lembranças herdadas e experiências inerentes de uma base primitiva e arcaica do brasileiro-indígena que, nesse caso, em especial, diz respeito a uma sabedoria feminina indígena.

Existe uma evidência, mencionada por Eisler (1997), de que os povos ancestrais, ditos primitivos pelos antropólogos, eram extremamente pacíficos, equitativos, no qual a mulher e o feminino tinham importantes influências sociais, destacando-se dentre elas as sacerdotisas, xamãs, artesãs e sábias conselheiras de círculos matrilineares. Há, ainda, indicativos históricos de que, mesmo existindo cultos para divindades masculinas, "o poder mais elevado do universo era visto como o poder feminino de dar e manter a vida, o poder encarnado no corpo da mulher" (Eisler, 1997, p. 12). Gaia, a Terra *Mater*, por exemplo, era venerada como a Grande Mãe, a divindade feminina que doa e nutre a vida. E, de forma muito similar, esse culto ocorria em diferentes partes

do planeta e tinha em comum o símbolo feminino como unidade essencial de toda a vida.

Na Bíblia judaico-cristã, aprendemos sobre um Pai Criador masculino, fonte de toda a vida. Porém, muitas das mais primitivas histórias da criação conhecidas são sobre uma Grande Mãe: uma doadora e nutridora feminina da vida, a Deusa dos animais, das plantas, dos humanos, das águas, da terra e do céu (Eisler, 1997, p. 14).

A consciência e sabedoria de uma unidade essencial com a natureza e toda a sacralidade da vida são constantes preservadas, ainda hoje, em muitas culturas tribais, as quais também são muito referenciadas na narrativa jornalística em análise. Comenta Eliade (1989, p. 137) que “a consciência do embrião e do recém-nascido é comparada à existência mítica da espécie humana no seio da Terra; cada criança repete, na sua condição pré-natal, a situação da humanidade primordial”.

Assim, as parteiras da floresta são guiadas pelo tempo da natureza, conhecem no íntimo o oculto que norteia a vida e a morte na Terra, “muitas desconhecem as letras do alfabeto, mas leem a mata, a água e o céu” (Brum, 2017, p. 19). Assim, a índia Dorica e todas as parteiras da mata integram o símbolo da mulher sábia e também da bruxa (sacerdotisa/feiticeira), que conhecem a magia de fazer o nascimento acontecer, as poções mágicas para todas as dores e os mistérios que transcendem a fisicalidade. O nascimento e o parto estão associados a um ritual sagrado, uma experiência de *mysterium tremendum*, mistério tremendo, como conceituou Rudolf Otto (1992), ou seja, uma experiência religiosa sagrada que mantém em vida gestos, escolhas e atitudes ligadas à Terra *Mater*.

As parteiras, tal qual a velha *La que Sabé*, citada por Clarissa Pinkola Estés (1992/2014),

personificam a mulher que sabe, que conhece sobre as mulheres, os ciclos naturais e representam o saber ancestral. As mulheres indígenas cumprem um tempo interno para as coisas e seguem os rituais que lhes foram passados bem antes que pudessem escolher o caminho que seguiriam. O sagrado vivido envolve cada pequena e grande atitudes, a sabedoria invisível que transcende o manifesto e perpetua além do tempo, ou seja, ultrapassa a experiência individual e estabelece no plano coletivo cultural e, até mesmo, universal. E essa pode ser considerada uma das grandes verdades da alma feminina brasileira, encoberta ao longo dos séculos pela cultura europeia e, hoje, pela cultura tecnológico-científica.

Ao detalhar a “mais velha parteira do Amapá”, com 96 anos, a jornalista torna a índia Dorica um símbolo de todas aquelas que nasceram imbuídas com o dom de “pegar menino”, o conhecimento que “não se aprende, não se ensina, nem mesmo se explica” (Brum, 2017, p. 19). É como se a índia incorporasse a primeira parteira e traduzisse aos ouvidos atentos a sabedoria de todas as mulheres guiadas pelo conhecimento ancestral, ou da própria “mulher selvagem”.

O termo “mulher selvagem” foi utilizado pela analista junguiana Estés (1992/2014) na obra *Mulheres que correm com os lobos: mitos e histórias do arquétipo da Mulher Selvagem* para se referir às mulheres que são guiadas pela sabedoria feminina, bem como identificar a essência da alma feminina. Do ponto de vista psicológico, a palavra “selvagem” descreve a força que sustenta o feminino, portanto, trata-se da psique instintiva mais profunda da alma feminina e, indo mais fundo, da própria origem do feminino (Estés, 1992/2014).

Algumas características intrínsecas a esta imagem arquetípica são a percepção/intuição aguçada; espírito alegre, jovial, festivo; elevado dom para a devoção; preocupação com a família e comunidade; determinação e extrema coragem; e conexão com a natureza (Estés, 1992/2014). Podem-se encontrar todas essas qualidades nas parteiras da narrativa de Brum (2017), seja de

maneira direta ou indireta.

Ainda, Estés (1992/2014, p. 15) observa que, no decorrer da história, a natureza feminina, ou “as terras espirituais da Mulher Selvagem [...] foram saqueadas ou queimadas, com seus refúgios destruídos e seus ciclos naturais transformados à força em ritmos artificiais para agradar os outros”, de forma que as florestas e as velhas sábias, por exemplo, perderam sua importância ao longo do tempo. Na experiência brasileira, as comunidades indígenas, de forma geral, foram reprimidas e desqualificadas, não somente pelos colonizadores, mas pela própria revolução científica que as têm atraído para a modernidade tecnológica.

Especificamente a espiritualidade ancestral feminina, não somente no Brasil, mas em toda cultura humana, tem sido desvalorizada e violada ao longo dos séculos, por uma nova racionalidade tecnológica, advinda desde a revolução científica, modificando até mesmo as religiões. Desde então, passou a ter um “desencantamento do mundo”, como concebeu Max Weber, cujo mundo passou a ser desencantado, retirando a magia pela eliminação do feitiço, do encanto, do sagrado, etc., fazendo o mundo apenas como uma “coisa” objetiva e sem sentido (Pierucci, 2003).

Ainda, conforme o pensamento de Gambini (1996), a masculinidade psicológica, desde a época da invasão do território brasileiro, em 1500, projetou um vazio e destruiu a verdadeira feminilidade (*anima*), tendo em vista que a alma ancestral é feminina, devido ao seu caráter de não-racionalidade. Desde então, houve uma distorção e negação do feminino e a inaptidão para explicar essa sabedoria ancestral intensificou a ‘perda de audição dos ritos e rezos antigos’ (Brum, 2017).

O passado da Alta Idade Média mostra o esforço para aniquilar a sabedoria feminina com as marcas deixadas pela “caça às bruxas”, porque, como visto, desde a antiguidade as mulheres

eram as curadoras, parteiras, sacerdotisas, ou seja, detinham um saber próprio, misterioso-mágico. Na Idade Média, os saberes dessas mulheres se intensificaram com o acesso às artes, literatura e, principalmente, à ciência moderna nascente, além de começarem a formar comunidades pontuais, espécies de confrarias femininas, como as reuniões rituais das feiticeiras, levando, assim, a se tornarem uma ameaça ao sistema feudal (Byington, 1991). Sobre essa mesma condição, a repórter menciona a perseguição às antepassadas (bruxas, benzedeadas, curandeiras, erveiras):

Quando remam quilômetros por rios ou vão de pés para auxiliar uma igual a consumir o milagre, o parto é resistência e subversão, é a prova de que cada mulher tem um pouco da deusa. Foram muitas as parteiras queimadas pela Inquisição. Elas, que ainda hoje obedecem ao chamado, não estudaram essa história nos livros. Mas, de algum modo, guardam nos ossos o calor da fogueira (Brum, 2017, p. 24).

A antiga parteira-curandeira-benedeada, queimada no tempo sombrio da Inquisição, por exemplo, renasce em cada uma das velhas e novas parteiras-curandeiras-benedeadas, que não recusam o dom que lhes foi conferido, e permanecem no seio da ancestralidade brasileira, pois o conhecimento intangível perdura. Essa expressão simbólica das parteiras mostra a “vocalção mística” que levam e mantêm as “bruxas” e “feiticeiras” a viverem “mais profundamente que as outras mulheres a revelação dos mistérios” (Eliade, 1989, p. 183). Um exemplo da experiência mítico-arquetípica dessas parteiras está no símbolo do fogo, cujo significado está ligado à transmutação e purificação, mas que também significa “plenitude da vida” (von Franz, 1981). O fogo tem a função alquímica de queimar o que é supérfluo e fazer permanecer o que é indestrutível (Jung, 1976/2000).

É possível observar como essas parteiras permanecem recorrendo ao poder sobrenatural, sejam espíritos femininos, rezas, ervas e óleos naturais, benzimentos e outros. Essa conexão espiritual mulher-natureza remete, também, ao xamanismo, que pensa a natureza como algo espiritual. Langdon (1996) analisando sobre o xamanismo aponta algumas características principais, entre elas a ideia de uma realidade material que sempre supõe uma realidade espiritual; um princípio de energia vital superior que unifica o universo e está relacionado a todos os ciclos de nascimento, reprodução e morte; e o poder do xamã enquanto mediador do domínio extra-humano, a partir dos ritos de magia, sempre em benefício de toda a comunidade. Ademais, as manifestações xamanísticas possuem um padrão de representações dentro da cultura, na qual a vocação individual cumpre um papel previsto dentro da comunidade (Langdon, 1996).

Assim, a leitura sobre a parteira leva à mulher xamã, desde a ideia de uma conexão espiritual com a natureza e os ciclos naturais até a obediência quanto aos desígnios divinos no que se refere ao cumprimento do dom de partejar. Ou, pela ótica de Gambini (1996), ela pode ser considerada aquela que volta a integrar a *anima* prendida pela masculinidade europeia. A *anima*, segundo Jung (1976/2000) trata da parte feminina na alma humana, que integra o lado místico da alma, a sabedoria oculta, a natureza irracional e a intuição, portanto, sua perda reflete, conseqüentemente, na diminuição da vitalidade, flexibilidade e humanidade.

Seguindo essa análise, a *anima* se tornou a grande “sombra” de numerosas sociedades em todo o mundo. A sombra personifica os traços considerados, a níveis pessoal e social, falhos, inferiores e obscuros, os quais não são reconhecidos e integrados à personalidade, o que acarreta em perda de energia vital e falta de desenvolvimento pleno das polaridades feminina (*anima*) e masculina (*animus*). No entanto, ela é uma parte viva da personalidade e sempre busca uma forma de se sobrepor (Jung, 1976/2000). Na vivência brasileira, a sombra indígena permanece

reivindicando espaço, pois é a base da alma ancestral e o solo dos arquétipos do país, a partir dos quais deve retornar o equilíbrio da natureza feminina. “Quer reconhecamos ou não, atravessamos a vida montados na energia dessa alma – pois negada ou não [...], ela está sempre presente”. Isso significa que, muito antes da tentativa de padronização masculina europeia, os ancestrais construíram a base arquetípica que rege o brasileiro, determinando a matriz da consciência coletiva do Brasil (Gambini, 1996, s.p.).

Todavia, percebe-se pela narrativa de Brum que, por mais que tenha sido “silenciada, podada, enfraquecida, torturada, rotulada de perigosa, louca e de outros depreciativos”, ao longo do tempo, a “mulher selvagem” sempre retorna à superfície nas mulheres (Estés, 1992/2014, p. 23). Ainda que inaudível para grande parte da nação, a voz das parteiras da floresta ecoa e continua guiando “uma viagem por mistérios transportados de geração para geração em palavras que se inscrevem no mundo sem se escrever” (Brum, 2017, p. 20). E, permanece, porque como elas afirmam, partejar é um dom recebido pela divindade maior. Ao ritualizar o início da vida humana, tem-se um convite mágico que não admite ser recusado, e assim é desde que o mundo é mundo.

3.2. Mãe e madrinha: o símbolo materno da testemunha do nascimento

As parteiras da floresta apresentam alguns dos principais traços do arquétipo materno citados por Jung (1976/2000), expressos pela bondade, cuidado e autoridade feminina antes, durante e após o parto; a sabedoria e a percepção espiritual que transcende a razão, em especial a razão mecanicista presente nos hospitais; o compromisso de garantir que a vida venha no tempo certo, ditado pelo o instinto, o conhecimento divino secreto, a magia e o oculto. “O mistério do parto”, como analisa Eliade (1989, p. 179), é a “descoberta por parte da mulher de que é criadora no plano da vida”, o que se traduz em uma “experiência religiosa intraduzível em termos de

experiência masculina”.

Quando vence as nove luas, as “comadres” todas se reúnem, “enchem a casa, fazem café e mingau e se põem a contar causos e piadas para distrair a barriguda” (Brum, 2017, p. 29). O termo comadre, apesar de não ser recorrente na narrativa, pode ser entendido como um aspecto crucial para entender a visão arquetípica da história, pois, indiretamente, a repórter provoca uma aproximação entre todas as parteiras, não uma aproximação familiar consanguínea, mas uma espécie de confraria feminina, justamente aquela que se faz por escolha própria, que é a do vínculo afetivo do apadrinhamento. Assim, a comadre é a madrinha, aquela que testemunha. E, no caso da narrativa, é a testemunha do tempo, do cuidado materno e, especialmente, do nascimento. A parteira se torna a *godmother* do recém-nascido, termo em inglês que é traduzido como madrinha, mas pode também ser simbolizado por mãe divina. Jung (1976/2000) aponta que há uma tendência humana instintiva de associar a mãe e o pai ao casal divino, e isso é projetado na figura da madrinha e do padrinho (*godmother* e *godfather*), que se tornam pais com caráter divino e são substitutos inconscientes das fadas boas ou más que, por uma “adoção mágica” abençoam ou amaldiçoam as crianças afilhadas.

No caso das parteiras, essa propriedade divina não acontece com o apadrinhamento nos moldes convencionais, mas sim com a relação mágica de assistir ao primeiro respiro. Nos contos, por exemplo, a madrinha ou fada-madrinha é aquela que inspira e testemunha a transformação em algum nível (von Franz, 1981). A parteira, em certo sentido, é também aquela que interpõe a metamorfose mãe-filho e amadrinha a renovação da família que ganha novo integrante. Atualmente, e de certa forma, as doulas são um resgate contemporâneo das antigas parteiras, o renascimento das madrinhas de “pegação” que, em essência, servem às outras mulheres, preparando e facilitando a humanização do parto, além de darem suporte nos primeiros dias da

criança que nasce. Para além da assistência médica, várias gestantes recorrem a outras mulheres com saberes de práticas integrativas e complementares, que lhes deem amparo físico e emocional para a transição materno-filial.

Todas as comadres têm uma vida enraizada na tradição coletiva, na comunidade, na roda de mulheres. A noção de unidade se revela de maneira ainda mais evidente quando a repórter narra a sensação de vazio e tristeza para as parteiras, e a comunidade de forma geral, quando uma criança vem a faltar. “No entendimento dos povos da floresta, ninguém é substituível. Ou descartável. A vida que se extinguiu antes de vingar é única” (Brum, 2017, p. 21). O círculo cultural ao qual pertencem as enquadra em um local de pertencimento, típico dos povos nativos, mais próximos do contato ancestral coletivo; se uma criança vem a faltar, é um lugar vazio na roda. É pertinente destacar que a narrativa conta com quatro personagens principais, sendo este número considerado feminino (número par), ligado ao materno, como analisa Jung (1976/2000). Ademais, a quaternidade⁹ é um símbolo de totalidade e unidade, que também desempenha a importante função inconsciente de possibilitar a identidade do divino com o homem (Jung, 1976/2000). Da mesma forma, o simbolismo do círculo e da roda remete à forma completa, inteira, que transcende a consciência individual. A experiência da quaternidade para as comunidades indígenas é nítida, pois não conhecem outra forma de viver que não seja em comunidade e unidade, tanto entre si quanto com a natureza que os rodeia.

Diante disso, a pobreza extrema não impede que elas se doem completamente umas pelas outras e cumpram a missão divina que lhes foi imposta. Nem sempre é o que gostariam de estar fazendo, mas são ditadas pelos valores repassados por gerações.

⁹ Alguns exemplos da simbologia da quaternidade: quatro elementos (água, terra, fogo e ar), quatro estações (primavera, verão, outono e inverno), quatro qualidades climáticas (seco, úmido, quente e frio), quatro qualidades do paladar (doce, salgado, azedo e amargo), quatro cores primárias (azul, vermelho, amarelo e verde), quatro evangelistas na iconologia cristã (Mateus, Marcos, Lucas e João) (Jung, 1976/2000).

Dorica – avó, mãe, madrinha de centenas de filhos de pegação – nem mesmo gosta de possuir o dom. ‘O dom é assim, nasce com a gente. E não se pode dizer não’. Dorica, a parteira indígena, alarga a língua do colonizador ao poetar enormidades: ‘Parteira não tem escolha, é chamada nas horas mortas da noite para povoar o mundo’ (Brum, 2017, p. 20).

Dorica queria pedir o “aposentamento” de parteira para o Grande Senhor, mas, antes mesmo que ouse reivindicar, o chamado urge, então, ela deixa os afazeres na roça e permanece com a “barriguda” da aldeia até o momento que o menino decide escapular entre as pernas, e oito dias após, ajudando para que a mulher fique sã e consiga zelar da cria. Jung (1961/2019) menciona, brevemente, que, em determinados momentos, a vida se encarrega de colocar a pessoa onde ela precisa estar, a fim de cumprir uma missão maior, proposta por algo de natureza suprema. E, no caso da parteira, a repórter frisa em vários momentos que, mesmo com as particularidades próprias de cada uma, existe uma constante em todas, que é a questão do chamado que não pode ser negado.

Para Jung (1976/2000), o arquétipo materno possui numerosos aspectos, mas um traço essencial mencionado inclui essa abnegação. A imagem materna também indica o cuidado, bondade, instinto e sustentação; a mediadora das condições de fertilidade e crescimento; o lugar de renascimento e elevação espiritual; o secreto e oculto; a simples e natural mágica autoridade do feminino. Então, conclui-se que a parteira representa o desprendimento de si mesma para o melhor dos filhos, que, de maneira mais ampla, são todas as “barrigudas” e crianças da tribo. Essa imagem primordial da mãe indígena reflete em cada mulher que se abstém das próprias necessidades em virtude da prole, seja essa uma criança, ou um projeto, um ideal coletivo ou todas as ideias gestadas por cada mulher.

4. Jornalismo literário-psicológico: considerações gerais

O silenciamento da consciência indígena encobriu valores essenciais para a alma feminina. Contudo, Jung (1976/2000) afirma que os conteúdos reprimidos tendem a influenciar de forma destrutiva os conteúdos conscientes de quem os reprime. Essa, talvez, tem sido a chaga da “mulher selvagem” que habita em cada parteira da floresta, assim como em cada mulher brasileira. A sombra masculina europeia, hoje tecnologizada, projetada sobre a indígena brasileira silenciou os rezos ancestrais, no entanto, viu-se pela narrativa *A floresta das parteiras* que, mesmo reprimida, não destruiu a sabedoria feminina, pois, o essencial sobrevive em meio às fuligens da fogueira.

Os fragmentos ancestrais sempre voltam à consciência, como considera Jung (1961/2019), e esse movimento psicológico pode ser bem reconhecido na narrativa jornalística que traz consciência à relevância dessa temática. Mais de vinte anos da publicação, a reportagem ainda gera impacto nos leitores, o que pode ser observado nas diferentes formas de análise à qual foi submetida no meio acadêmico, nas áreas de comunicação, linguística social e psicologia. De certa maneira, a história reinsere o contato com a “mulher selvagem” e reapresenta a alma feminina aos leitores, o que pode levar a um reconhecimento de si-mesmo. Gambini (1996, s.p.) destaca que “cada um de nós carrega um índio dentro de si”. Então, cada mulher carrega a índia-mãe-sábia dentro de si, aquela que, realmente, guarda os ciclos da natureza, que conhece os mistérios do ‘nascimento-vida-morte’ (Brum, 2017) e reconhece em outra mulher a face da sabedoria ancestral.

Servir à vida é uma forma de conexão direta com a sábia que existe em cada vida feminina e a história das parteiras instiga esse conhecimento. A base indígena permanece e aflora em cada nova mulher que permite o retorno da sabedoria ancestral, do conhecimento de que a existência segue o tempo natural e que a natureza tem todas as respostas de que a vida necessita. O nascimento

é somente o início da busca.

Como mencionado por von Franz (1981), a interpretação psicológica é apenas outra forma de contar a história, assim, essa segunda forma de contar a narrativa de Eliane Brum aprofundou em aspectos que impactam toda a sociedade e agregam informação sobre a natureza feminina, necessária para o equilíbrio da polaridade masculina, tão sobrepujada nos tempos passados e fortalecido com a revolução científica. A testemunha do nascimento é também testemunho de que a modernidade tecnológica não substituiu a conexão direta das comadres, assim como não destituiu a experiência de comunidade e unidade que permeia a vivência indígena. A parteira se torna, então, símbolo de resistência da mãe que se desprende de si mesma para o melhor de toda a família.

Tem-se que, na análise arquetípica da reportagem, a mulher brasileira tem vivido sua sombra ligada à figura da sábia-bruxa-xamã, cuja repercussão negativa tem influído em sua natureza feminina, como visto na sua *anima* indígena reprimida ao longo dos séculos. Assim, seguido da interpretação da parteira enquanto madrinha e mãe, tem revelado indícios do retorno da “mulher selvagem” na realidade brasileira, principalmente pela presença atual das doulas. Conclui-se, então, que a narrativa de Eliane Brum emerge elementos arquetípicos que inspiram a sabedoria ancestral feminina, bem como o regresso do contato místico natural aos valores essenciais à alma brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Literatura, jornalismo literário e Psicologia Analítica foram as três grandes áreas imbricadas nesta pesquisa. A pergunta orientadora, fruto de nossa problematização, “é possível pensar que a narrativa jornalística literária é uma manifestação artística do psiquismo humano?”, foi determinante para a tematização e articulação dos estudos que se seguiram. Elegeu-se o jornalismo literário, principalmente, por ser uma narrativa do cotidiano e da realidade humana, com caráter perene, cuja origem faz pensar na relação com a psique humana. Além disso, a escrita subjetiva aborda detalhes da realidade de maneira simbólica, ilustrando, muitas vezes, características inerentes ao humano, presente em todos os tempos e lugares.

Assim, a perenidade e a relação psíquica-simbólica do jornalismo literário possibilitaram uma aproximação com a Psicologia Analítica de Carl G. Jung, porque identificou-se, imediatamente, certa consonância com os denominados “arquetipos do inconsciente coletivo”, que se apresentaram uma via provável para fundamentar e evidenciar sua origem psicológico-artística e a permanência nos âmbitos social, cultural e psíquico coletivo.

O primeiro passo metódico para o desenvolvimento da pesquisa se deu em reunir materiais, a fim de promover esta interdisciplinaridade, a partir da pesquisa qualitativa teórico-bibliográfica. Nesse desenvolvimento, projetou-se dois estudos individuais, para uma melhor análise e discussão dos objetivos específicos, e, por fim, atender à problemática inicial e promover a resolução em uma síntese integradora. Então, o Estudo I estendeu-se no aprofundamento e inter-relação conceitual das três áreas sugeridas, confirmando, assim, que o jornalismo literário consiste em um “ato criativo” que, segundo a perspectiva junguiana, pode consistir em um tipo de literatura visionária. Isso se fez evidente pelas análises psicológicas de Carl Jung de diversos tipos de produção literárias (mitos, contos, histórias populares, etc.), que mostraram a decisiva influência

dos arquétipos no imaginário coletivo, cujo valor intuitivo, em diferentes épocas e culturas, ainda existe sob diferentes roupagens. Essa explicação psicológica pelos arquétipos pareceu ser plausível, mesmo que teórico-hipotético, para verificar se o jornalismo literário também compõe o mesmo escopo que toda obra de caráter literário visionário, cuja fundamentação está na estrutura psicológico-arquetípica.

Na sequência se impôs a necessidade de analisar especificamente uma reportagem do jornalismo literário e verificar suas correlações psicológicas, segundo a psicologia de Jung. Assim, passou-se ao Estudo II, cujo objetivo foi interpretar a construção jornalística literária da narrativa *A floresta das parteiras* de Eliane Brum, considerada uma das mais importantes jornalistas brasileiras, a partir do método hermenêutico-psicológico de Marie-Louise von Franz (1981). Cabe ressaltar que a escolha da reportagem aconteceu de forma aleatória, no entanto, talvez, pensando conforme a psicologia junguiana, pautada por interferências inconscientes, tanto mencionadas no decorrer dos estudos.

Então, realizada a análise da reportagem chegou-se à interpretação psicológica-arquetípica que apontou para os aspectos comuns ao humano, ou seja, os anseios e reações subjetivas coletivas, cujo resultados mostram a rememoração, em nossos dias, dos tempos antigos e da ancestralidade brasileira. Ao retratar as parteiras da mata, do esquecido Amapá, a repórter entrou em profundos domínios simbólicos da “alma feminina”, trazendo à tona arquétipos reprimidos que dizem muito sobre a sabedoria ancestral. Nesse sentido, identificou-se símbolos relacionados com os arquétipos da sombra, sábia e materno, explorados mais detalhadamente na análise, mas que se mostraram de forma natural, resgatando a vida da mulher indígena, pautada no ritmo dos ciclos naturais, ciclos esses que despertam cada vez que são mencionados e trazidos à consciência coletiva. A literatura jornalística foi a expressão artística da realidade humana que exteriorizou uma sabedoria ancestral,

arquetípica, enraizada psicologicamente, mesmo que de maneira inconsciente, em cada parteira e, conseqüentemente, em cada mulher brasileira. Com isso, pode-se conjecturar que a reportagem tem atuado, muitas vezes, enquanto mecanismo de equilíbrio pessoal e social, ao reportar aspectos negligenciados pela sociedade ao longo do tempo e irromper os limites impostos pela invasão europeia e a tecnologização atual, trazendo de maneira viva e cotidiana significados sempre presente no existir humano.

Por fim, conclui-se essa pesquisa constatando que, de certa maneira, houve uma condução invisível e mágica ao estabelecer a relação entre as três áreas, no entanto, essencial para que se pudesse refletir, discutir e chegar às conclusões fundamentais dos objetivos propostos. A índia-mãe-sábia que habita em cada um de nós retorna, aos poucos, revitalizando a alma ancestral brasileira e reintegrando valores essenciais à personalidade coletiva do país.

REFERÊNCIAS

- Brum, E. (2017). *O olho da rua: uma repórter em busca da literatura da vida real*. (2a ed.). Porto Alegre: Arquipélago.
- Brum, E. (s.a.). *O olho da rua: uma repórter em busca da literatura da vida real. Desacontecimentos*. Recuperado de <http://elianebrum.com/livros/o-olho-da-rua-uma-reporter-em-busca-da-literatura-da-vida-real/>.
- Brum, E. (s.a.). *Trajetória. Eliane Brum: desconhecimentos*. Recuperado de <http://elianebrum.com/biografia/>.
- Byington, C. A. B. (1991). Prefácio. In: Kramer, H.; Sprenger, J. *Martelo das feiticeiras*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos.
- Campbell, J. (2007). *O herói de mil faces*. São Paulo: Pensamento. (Obra original publicada em 1989).
- Candido, A. (2006). *Literatura e sociedade*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul. (Obra original publicada em 1965).
- Ciecelski, L. D. & Soster, D. A. (2017). *Os arquétipos na narrativa jornalística “A floresta das parteiras” de Eliane Brum*. In: VII Encontro Nacional de Jovens Pesquisadores em Jornalismo. ECA/USP: São Paulo. Recuperado de <http://sbpjour.org.br/congresso/index.php/jpjour/JPJor2017/paper/viewFile/635/256>.
- Eagleton, T. (2006). *Teoria da literatura: uma introdução*. São Paulo: Martins Fontes. (Obra original publicada em 1985).
- Eisler, R. (1997). A deusa da Natureza e da Espiritualidade: um manifesto ecológico. In: Campbell, J., Eisler, R., Gimbutas, M., Musès, C. (1997). *Todos os nomes da Deusa*. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos.

- Eliade, M. (1989). *Mitos, Sonhos e Mistérios*. Lisboa: Edições 70.
- Estés, C. P. (2014). *Mulheres que correm com os lobos: mitos e histórias do arquétipo da Mulher Selvagem*. Rio de Janeiro: Rocco. (Obra original publicada em 1992).
- Gambini, R. (1996). *A alma ancestral do Brasil*. Recuperado de <http://psiquejung.blogspot.com/2004/10/alma-ancestral-do-brasil.html>.
- Jung, C. G. (2000). Os arquétipos e o inconsciente coletivo. In: *Obras completas de C. G. Jung, vol. IX/1*. Petrópolis: Vozes. (Obra original publicada em 1976).
- Jung, C. G. (1991). O espírito na arte e na ciência. In: *Obras completas de C. G. Jung, vol. XV*. Petrópolis: Vozes. (Obra original publicada em 1922).
- Jung, C. G. (2016). *O homem e seus símbolos*. Rio de Janeiro: HarperCollins Brasil. (Obra original publicada em 1964).
- Jung, C. G. (2019). *Memórias, sonhos, reflexões*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. (Obra original publicada em 1961).
- Langdon, E. J. M. (1997). Introdução: Xamanismo – Velhas e novas perspectivas. In: Langdon, E. J. M. (Org.). (1997). *Xamanismo no Brasil: novas perspectivas*. Florianópolis: Ed. da UFSC.
- Leite, D. M. (2002). *Psicologia e literatura* [livro eletrônico]. São Paulo: Editora UNESP. Edição do Kindle. (Obra original publicada em 1964).
- Lima, E. P. (2009). *Páginas ampliadas: o livro-reportagem como extensão do jornalismo e da literatura*. Barueri: Manole.
- Lima, T. C. S. & Mioto, R. C. T. (2007). *Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica*. Revista Katálysis, 10 (spe), 37-45. <https://doi.org/10.1590/S1414-49802007000300004>.

- Martinez, M. (2008). *Jornada do Herói: a estrutura narrativa mítica na construção de histórias de vida em jornalismo*. São Paulo: Annablume.
- Mello, L. A. S. (2020). *Revolucionárias, sábias e feiticeiras: mulheres reais retratadas na mídia catarinense*. Trabalho de conclusão de curso. Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul). Recuperado de <https://repositorio.animaeducacao.com.br/handle/ANIMA/16253>.
- Otto R. (1992). *O sagrado*. Lisboa: Edições 70.
- Pena, F. (2006). *Jornalismo literário*. São Paulo: Contexto.
- Pieper, M. A. (2010). *O retorno do herói: Ronaldo Fenômeno no cerne da constituição mítica e do comportamento midiático*. São Paulo, 2010. 163f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo. <https://doi.org/10.11606/D.27.2010.tde-10112010-141205>.
- Pierucci, A. F. (2003). *O Desencantamento do mundo: Todos os passos do conceito em Max Weber*. São Paulo: Edições 34.
- Silva, J. E. H. (2006). *Possíveis contribuições da teoria dos arquétipos no desenvolvimento de habilidades de comunicação*. Intercom. Recuperado de <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/137186212826320599386174679143841811825.pdf>.
- Silveira, N. (1981). *Jung: vida e obra*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Vogler, C. (2006). *A jornada do escritor: estruturas míticas para escritores*. (2a ed.) Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Von Franz, M. L. (1981). *A interpretação dos contos de fadas*. Rio de Janeiro: Achiamé.
- Wolfe, T. (2005). *Radical chique e o novo jornalismo*. São Paulo: Companhia das Letras. (Obra

original publicada em 1963).

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- Gambini, R. (1988). *O espelho índio: os jesuítas e a destruição da alma indígena*. Rio de Janeiro: Espaço e tempo.
- Hall, C. S.; Nordby, V. J. (2014). *Introdução à psicologia junguiana*. São Paulo: Cultrix. (Obra original publicada em 1973).
- Hopke, R. H. (2012). *Guia para a Obra Completa de C. G. Jung*. (3a ed.). Petrópolis: Vozes.
- Lazar, A.; Karlan, D.; Salter, J. (2007). *As pessoas mais importantes do mundo que nunca viveram*. Rio de Janeiro: Campus.
- Mark, M.; Pearson, C. S. (2001). *O Herói e o Fora-da-Lei: como construir marcas extraordinárias usando o poder dos arquétipos*. São Paulo: Cultrix.
- Martinez, M. (2017). *Jornalismo Literário: revisão conceitual, história e novas perspectivas*. Intercom – RBCC, 40 (3), 21-36. <https://doi.org/10.1590/1809-5844201732>.

ANEXO 1

Reportagem *A floresta das parteiras*

Elas nasceram do ventre úmido da Amazônia, do norte extremo do Brasil, do estado ainda desgarrado do noticiário chamado Amapá. O país não as escuta porque perdeu o ouvido para os sons do conhecimento antigo, a toada de suas cantigas. Muitas desconhecem as letras do alfabeto, mas leem a mata, a água e o céu. Emergiram dos confins de outras mulheres com o dom de pegar menino. Sabedoria que não se aprende, não se ensina, nem mesmo se explica. Acontece, apenas. Esculpidas por sangue de mulher e água de criança, suas mãos aparam um pedaço do Brasil.

O grito atávico, feminino, ecoa do território empoleirado no cocoruto do mapa para lembrar ao país que nascer é natural. Não depende de engenharia genética ou operação cirúrgica, não tem cheiro de hospital. Para as parteiras da floresta, que guardaram a tradição graças ao isolamento geográfico de seu berço, é mais fácil compreender que um boto irrompa do igarapé para fecundar moça donzela do que aceitar que uma mulher marque dia e hora para arrancar o filho à força. O Amapá tem menos de meio milhão de habitantes, e a maioria deles estreou no mundo pelas mãos de setecentas pegadoras de menino. São mulheres que conjugam os verbos no plural, abusam dos pronomes coletivos. Na lógica de sua vida, o eu é estrangeiro e não detém privilégios.

Encarapitadas em barcos ou tateando caminhos com os pés, lá estão a índia Dorica, a cabocla Jovelina e a quilombola Rossilda. São guias de uma viagem por mistérios transportados de geração para geração em palavras que se inscrevem no mundo sem se escrever. Cruzam com Tereza e as parteiras indígenas do Oiapoque. Unidas, todas elas, pela trama de nascimentos documentados pelas marcas na palma das mãos.

"Pegar menino é ter paciência", recita a Karipuna Maria dos Santos Maciel, a Dorica, a mais velha parteira do Amapá. Aos 96 anos, mais de dois mil índios desembarcaram no mundo

pelas suas mãos pequenas, quase de criança. Dorica - avó, mãe, madrinha de centenas de filhos de pegação - nem mesmo gosta de possuir o dom. "O dom é assim, nasce com a gente. E não se pode dizer não." Dorica, a parteira indígena, alarga a língua do colonizador ao poetar enormidades: "Parteira não tem escolha, é chamada nas horas mortas da noite para povoar o mundo".

Como um espectro feminino, ela navega pelos rios do Oiapoque alumiada apenas por uma lamparina. Viaja acompanhada da irmã Alexandrina, 66 anos, de quem fez o parto de nove dos 11 filhos. "Mulher e floresta são uma coisa só", diz Alexandrina. "A mãe terra tem tudo, como tudo se encontra no corpo da mulher. Força, coragem, vida e prazer."

Quando os remos fatiam o rio silencioso, são perseguidos pelos olhos de lanterna dos jacarés. "Não tem perigo. Eles só comem cachorro e sandália", tranquiliza Dorica. Ela lembra os 16 abortos de seu ventre, impedida de ter um filho seu por desígnios que não lhe cabem indagar. "Tô cansada", anuncia. "Queria pedir a Deus o meu aposentamento de parteira." Deus é ainda mais sossegado que o ministro da Previdência. Até agora não deu resposta ao pedido. Assim, Dorica segue cravando os pés nus no chão sempre que alcança o destino, Em seguida, acocora-se entre as coxas da mulher. Alexandrina abraça o corpo da gestante com as pernas, por trás. Das entranhas do corpo feminino Dorica nada arranca, apenas espera. Puxa a barriga da mãe, endireitando a criança. Lambuza o ventre com óleo de anta, arraia ou mucura para apressar as dores, recita rezas e encantamentos para consumir o mistério. Perfura a bolsa com a unha e corta o cordão umbilical com a flecha. Ou com os dentes. "Pegar menino é esperar o tempo de nascer", ensina. "Os médicos da cidade não sabem e, porque não sabem, cortam a mulher."

Por oito dias Dorica abandona a roça de mandioca. É missão da parteira lavar, cozinhar, puxar o útero toda manhã e toda tarde para que a mulher fique são. É obrigação pentear o seio com pente fino e água de uma cuia branca para que o leite jorre entre os lábios do menino. É sabedoria

aspirar o nariz do bebê com a boca até ouvir o choro. Ao final desse tempo, Dorica entrega a mulher ao marido: "O que eu podia fazer por ela eu já fiz. Agora você tem de cuidar da família". O marido agradece: "Se eu puder lhe dar alguma coisa, lhe dô". E Dorica responde: "Deus dá o pago". E o diálogo se encerra. É tudo. E é assim há bem mais de 500 anos.

A mulher só vai abrir a porta da casa depois de 40 dias. Assim como a criança. Antes de respirar o ar da floresta, é benzida com água e sal para o espanto dos espíritos maus. Dos mais de dois mil partos, Dorica só perdeu três. Não passa um dia sem lamentar: "É uma criança que faltou na comunidade". No entendimento dos povos da floresta, ninguém é substituível. Ou descartável. A vida que se extinguiu antes de vingar é única.

A parteira dá adeus enquanto a canoa some no rio. A arara a vigia de um galho, um bando de papagaios recorta o céu aos gritos, uma menina se banha na água do igarapé preparando-se para a escola. É um dia comum. Dorica pousa a mão no velho coração e, pronunciando palavras silenciosas, arranca de lá a bênção aos que partem. Depois, dá as costas e vai pitar tabaco enquanto espera a hora em que o quinto filho da última barriguda da aldeia, a índia Ivaneide lapará, 33 anos, vai esmurrar a porteira do mundo pedindo passagem.

As parteiras da floresta comungam hoje da religião católica, a maioria, algumas adotaram as pentecostais. Outras ainda são espíritas, batuqueiras. Mesmo invocando um deus cristão, masculino, o espírito-santo ou os orixás, anunciam-se guardiãs de um mistério, a elas transmitido pelas mães e avós, numa corrente que se perde nos séculos. Nessa espiritualidade sem nome, contam que a grande deidade é feminina, mulher. Aquela, dizem, que governa o começo-meio-fim, o nascimento-vida-morte, o presente-passado-futuro.

Quando remam quilômetros por rios ou vão de pés para auxiliar uma igual a consumir o milagre, o parto é resistência e subversão, é a prova de que cada mulher tem um pouco da deusa.

Foram muitas as parteiras queimadas pela Inquisição. Elas, que ainda hoje obedecem ao chamado, não estudaram essa história nos livros. Mas, de algum modo, guardam nos ossos o calor da fogueira.

Aos 77 anos, Jovelina Costa dos Santos é a parteira mais afamada de Ponta Grossa do Piriri, povoado esparramado em poucas dezenas de casas e roças dispersas, a cem quilômetros de Macapá. "Deus me deu esse prestígio", anuncia da porta. Tem mais rugas no rosto do que a noite tem estrelas. Risonha como ela só, quando abre a boca parece que vai se desprender um pedaço do mundo. Não é que Jovelina seja feliz, apenas ri porque decidiu não ficar triste. Jovelina é assim. De uma simplicidade complexa. Quando acorda nem sempre sabe se vai comer antes de outro amanhecer. Pelo próprio parecer, é mais rica que a maioria. "Filho é riqueza, minha irmã, coisa linda de se ver."

De novo sua filosofia. "No meio desse fundão de morte, ou a gente vai enchendo o mundo de filhos ou desaparece." Só assim para entender quando a cabocla Jovelina esconde os dentes, ameaçando mergulhar o planeta na escuridão: "Só tive oito". Como só? "Só, oras. É tão bom parir..." E emenda, toda safada: "De fazer, gosto mais ainda".

A parteira estreou no ofício ainda menina, uma armadilha que Deus armou para botá-la no rumo do seu destino. Ela contando junta gente, valia bem pagar ingresso: "O primeiro foi com Isabel, mulher do compadre Sevério, que tava lá pra Volta das Cobras. Deixa, compadre, disse mamãe, que a Isabel fica com nós. De noite Isabel teve a febre, sentiu tremor de frio, não falou um ai. De manhã mamãe foi pra roça, fiquei eu mais Isabel. Jovita, Jovita, bota água prum banho. (Interrompe, em outro tom, para explicar que Jovita era ela mesma.) Tá aqui, Isabel, disse eu. Sabe que de madrugada me deu um grande tremor de frio?, disse ela. Foi, Isabel?, disse eu. Foi, Jovita. Tava penteando o cabelo quando se deu o despejo. Jovita, minha mana, me acode. A Isabel entrou

pra debaixo do mosquiteiro, e eu peguei o menino. Tava frio, tava morto. Quando mamãe chegou, perguntou: Que tal, Jovita? Tá bom, mamãe. Aí, ela disse: Bem, minha filha, a partir de agora você vai no meu lugar. E eu fui".

De auxílio, Jovelina só conta com São Bartolomeu, advoga do das parteiras como São Raimundo, Nossa Senhora do Bom Parto e outras santidades da maior importância. São Bartolomeu, não. Para Jovita, é "São Bertolamê", um tantinho afrancesado e com muito mais brilho. "Às quatro horas da tarde, Bertolamê se levantou e seu bastão se amantou. Em seu caminho, caminhou. Encontrou Nossa Senhora, que perguntou onde vai Bertolamê. Vou à casa de Nossa Senhora. Vai, Bertolamê, que lá te darei bom condão. Onde não morre mulher de parto nem menina abafada." Pronto. Basta recitar a oração e o menino escorrega floresta abaixo, pousando bem nas mãos da parteira.

A cabocla Jovelina só tem dois assombros na vida. Quando fala neles, até se dá ao luxo de suspirar. Um é o primeiro marido, por quem até hoje, apesar de falecido, ainda cultiva uma paixão que lhe enfogueira por dentro. "Era louca pelo falecido. Mas larguei dele. Tinha eu e mais três. Uh!" O outro são os médicos, a quem Jovelina atribui uma ignorância fora do comum. "O que essa mulherada sofre na maternidade é um golpe, minha irmã", apavora-se. "Aqui, se o menino se acomodou de mau jeito, a gente vai e dobra. Boto a mão e vou puxando, puxando, até ele se ajeitar, botar a cabeça no lugar. Aí não precisa cortar. Médico, coitado, não sabe dobrar menino."

Na despedida, ela chama os "filhos de umbigo" pra exibir às visitas. Só não vem o povoado inteiro porque boa parte está no torneio futebolístico do distrito ao lado, onde tanto um time quanto o outro entrou em campo pelas mãos de Jovelina. A parteira planta as pernas de Garrincha na soleira da porta, bota as mãos de bênção na cintura e solta o berro: "Venham cá, seu bando de abestado! Ô, se minha mãe tivesse me botado na escola eu não tava dando murro pra

passar". Abre de novo o sorriso, para dar uma alumiada no céu, e se entenece: "Ô filharada bonita, é não?".

Parto é mistério de mulher. Feito por mulheres, entre mulheres. Assunto delas. Está além da compreensão das parteiras da floresta que a vida se desenrole em berço de morte, no hospital, como se doença fosse. Para cada parteira, a dor é prenúncio do êxtase do nascimento. Oposições tão inseparáveis como a noite e o dia. Parto não é sofrimento. É festa. "Eu sou de um tempo em que já tinha de ser mãe de filho para conhecer o mistério. Donzela não conversava de sexo pra não sentir prazer no falar", diz Rossilda Joaquina da Silva, 63 anos, 11 filhos, 20 netos, quatro bisnetos. "Quando é hora de o menino chegar, a mulherada se reúne e é uma graça."

Negra, negríssima, como a terra do quilombo do Curiaú, nos arredores de Macapá. Abre os braços gorduchos, musculosos de pegar menino, alinhar vestidos e benzer doentes: "Curiaú de Dentro, Curiaú de Fora, fiz os partos no de aqui e no de lá. Tudo nasceu pela minha mão". Solene assim é Rossilda, que larga a vassoura para contar sua sina, sacudindo-se na cadeira de balanço ao som de cantiga para apressar parto embarçado: "Valei-me senhor, meu glorioso São João. São João foi ancorado lá no Rio de Jordão. Valha-me Deus, ó deus de misericórdia, as cordas que me ouvem haverão de me levar".

O Curiaú de Rossilda estava em festa por São Lázaro, o santo dos cachorros. Sim, porque, como explica Rossilda, cão também tem santo. Com a nobreza de sempre, Rossilda conta que o banquete da cachorrada foi lindo. "Comeram carne de gado, comida de cristão. Cada qual com seu prato na mesa, aquele respeito, aquela delicadeza. Tudo muito civilizado."

No Jornal do Quilombo, escrito pelo filho mais velho da parteira, o Sabá, a manchete da edição era a seguinte: "O carneiro Chibé, depois de dar várias cocadas, virou churrasco no Natal". Na última página, a explicação: "Chibé era um carneiro muito levado, brincalhão e atrevido, não

perdia a oportunidade de correr atrás das pessoas e principalmente jogar as crianças no chão. Todos sentem falta dele, porém seu destino foi fatal, ao virar churrasco no Natal".

Assim é o Curiaú, uma terra cevada em rimas dos tempos em que era preciso cantar no tronco para não sucumbir ao desalento. Como o seu chão, Rossilda é uma mulher encharcada de encantamentos. Para todo parto, vai acompanhada de outra parteira, Angelina. Em espírito invocado, porque Angelina desencarnou há muito. O segredo desta dupla de vivente e não vivente, Rossilda não conta. "Senão, perde a valoridade."

Vencidas as nove luas, os homens do Curiaú são despachados para não fazer atrapalhão. Sim, porque homem, nessa hora, só sabe fazer zoada. Parto é reunião feminina. Vem vizinha de todo canto, comadre e não comadre. Enchem a casa, fazem café e mingau e se põem a contar causos e piadas para distrair a barriguda. Rindo um pouco, rezando outro tanto, de branco dos pés à cabeça, Rossilda vai ajeitando a criança, vigiando a dor. Quando vê, "lá vem o menino escorregando pro mundo". Só nessa hora o pai é chamado para engatilhar a espingarda e dar três tiros para cima, se for menino, ou dois, para o caso de ter nascido menina. Se é homem, pode ser mais um Joaquim ou Raimundo. Mulher, geralmente Maria.

Assim nasceram os filhos de Rossilda: Sebastião, Eraldo, Leonice, Leonilza, Leonira, Leoneide, Lourença, Leicione, Leodenice, Leodivaldo... "Tá faltando algum? Ah, sim, o Lucivaldo." E nasceram os netos e também os bisnetos. E ainda nascerão os tataranetos. Emoldurada pela porta e coroada por uma cruz de acapu, para quebrar a força do mal, Rossilda se despede rimando. "Tenho mão limpa e coração puro. Sou parteira, trago criança ao mundo."

A floresta delas é uma terra de cantorias. "Quem disse que não somos nada, que não temos nada, já se enganou. Repare nós organizadas e bem preparadas com as parteiras estou...., recita na voz espichada do Norte Tereza Bordalo, 51 anos, cinco filhos e cinco netos, parteira desde os 16.

Enquanto ela traça uma cruz invisível na vagina da mulher, há um dente de jacaré balançando perigosamente entre seus seios de madona profana.

Depois, Tereza reza e executa um segredo que não conta para cristão algum. Segredo que despontou no meio da noite, na forma de uma mulher vestindo longa cauda da cor do céu. Com voz sussurrante, aquela que não era deste mundo lhe ordenou que se livrasse do marido, um inocente que roncava no travesseiro ao lado. Foram noites e mais noites de sonhos assombrados. Mal Tereza dormia e a dama aparecia, toda feita de material onírico. Cansada de brigar com o além, Tereza mandou João Bordalo dormir em outras bandas. Só então o espírito revelou a que vinha e sumiu de vez. Antes, ameaçou: "Não revele meu segredo a ninguém ou eu acabo com a sua força...". Desde então, Tereza nunca mais passou aperto entre coxas de mulher.

Balançando o inseparável guarda-chuva do inverno amazônico, ela convoca as parteiras da floresta para o ritual de agradecimento. Bota o pé na terra prene de sucos de Saint-Georges - de-l'Oyapock, na Guiana Francesa, separada do Brasil e do Oiapoque apenas pelo rio de mesmo nome. Vai cumprimentando as amigas com um "Bon soir, ça va bien?". No outro lado da fronteira, as parteiras são todas madames. Ou melhor. "madam". Como Madam Marie Labonté, uma índia Karipuna com porte de menina, que penetra sorrateira na mata em busca da pele deixada pelas serpentes. "Tomando chá de pele de cobra, o menino nasce sem dor, oui?" Oui, merci, quem ousaria discordar.

Do interior da floresta, elas vão surgindo tímidas, silenciosas. De pés no chão, sandálias de borracha. São pobres, as parteiras. Muitas nem dentes têm. Outras só comem farinha de tapioca. Ajudar a humanidade a vir ao mundo nunca lhes rendeu um tostão. "O que eu mais queria nessa minha vida era uma cama bonita", suspira Cecília Forte, 66 anos, que nunca conheceu outro pouso para o corpo que não fosse uma rede de algodão. Quando a fome aperta as tripas, o coração

capitula, ameaça parar. Moldada em casca dura, Cecília resiste. De partejar, ela confessa que nem gosta tanto. "O que eu mais gosto é de remendar roupa velha. Por quê? Ora, acho que todo velho gosta de remendar a roupa. É um pouco como remendar a vida. Todos dois, um pelo outro."

Delfina dos Santos, 56 anos, ergue a mão para seguir o caminho dos filhos de pegação. É uma mão escura, nodosa, cada palma um emaranhado de fios que levam à trama de todas as vidas que acolheu. "Fiz o parto da Eremita duas vezes, da Elvira uma, da Odete uma, da Alzemira uma, da Leliane uma, da Helena duas, da Celina uma, da Josefina uma..." Vai longe a trilha de nascimentos.

Marie Labonté, 48 anos, ajudou a própria mãe a parir quando tinha 15 anos. Maria Rosalina dos Santos, 56, partejou a filha. Como Nazira Narciso, 45, que também recepcionou a neta quando a parteira se negou a fazê-lo por se tratar de "barriga particular". "Ela não tinha marido", traduz Nazira. Como o filho foi concebido por boto ou pelo Espírito Santo, tanto faz como fez, "Deus foi o parteiro". Mas agiu por mãos de mulher, porque parto, acredita Nazira, "tem de ser feito por uma igual". "Índia, crioula, brasileira, é uma dor só", explica. "É o mesmo chorar."

As mãos da vida se agarram, os pés do caminho se unem em círculo no útero da floresta. As parteiras agradecem à divindade ao amanhecer. Como todas as criaturas do mundo, o dia surge em hora precisa sem que nada ou ninguém tenha de arrancá-lo do ventre da noite. Dia e criança seguindo a mesma lei, contendo ambos igual semente. Partes complementares de um só universo.

As parteiras erguem as velas pedindo iluminação no ofício. Invocam a terra, o rio e a floresta. É uma conversa de comadres, uma prosa ao pé do ouvido. A imagem fala a uma sociedade surda, esquecida do cordão umbilical com algo maior que o mundo forjado dentro do mundo. A voz de Dorica, a mais velha parteira da floresta, ecoa em cada mulher quando sentencia: "É o tempo que faz o homem, e não o homem que faz o tempo. Parto é mistério. E menino, a gente

nunca arranca. Só recebe".

A roda se desfaz e as parteiras pegam a barca para singrar os rios da fronteira do Brasil.

Vão atender a um chamado que só elas escutam.